

Relatório Anual

PLANO CENIBRA 2015

CNPB 1995.0023-56



Valia

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos

Administradores, Participantes e Patrocinadores da
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA ("Entidade" ou "VALIA"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela VALIA, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, das mutações do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

Ativo	2015	2014	Passivo	2015	2014
Disponível	3.314	562	Exigível operacional	31.446	42.684
			Gestão Previdencial (Nota 11)	15.928	27.683
Realizável	19.661.631	18.197.635	Gestão Administrativa (Nota 12)	13.524	13.152
Gestão Previdencial (Nota 4)	287.660	271.704	Investimentos (Nota 13)	1.994	1.849
Gestão Administrativa (Nota 5)	20.076	21.604	Exigível contingencial (Nota 14)	1.416.684	1.362.675
Investimentos (Nota 6)	19.353.895	17.904.327	Gestão Previdencial	1.398.791	1.346.822
Títulos Públicos	7.171.856	5.519.473	Gestão Administrativa	17.353	13.648
Créditos Privados e Depósitos	351.796	388.876	Investimentos	540	2.205
Ações	-	1.275.054	Patrimônio social	18.239.394	16.816.144
Fundos de Investimento	9.566.665	8.272.572			
Investimentos Imobiliários (Nota 7)	1.246.453	1.323.123	Patrimônio para cobertura do plano	17.231.048	15.802.777
Empréstimos e Financiamentos	1.017.125	1.125.229			
Permanente (Nota 9)	22.579	23.306	Provisões matemáticas (Nota 15)	14.688.820	13.398.976
Imobilizado	2.070	2.683	Benefícios Concedidos	10.981.998	10.020.166
Intangível	20.509	20.623	Benefícios a Conceder	3.707.560	3.379.668
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(738)	(858)
			Equilíbrio técnico	2.542.228	2.403.801
			Resultados realizados	2.542.228	2.403.801
			Superávit Técnico Acumulado	2.542.228	2.403.801
			Fundos (Nota 16)	1.008.346	1.013.367
			Fundos Previdenciais	660.775	733.702
			Fundos Administrativos	325.963	279.165
			Fundos de Investimento	21.608	500
Total do ativo	19.687.524	18.221.503	Total do passivo	19.687.524	18.221.503

5 DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

Descrição	Variação		
	2015	2014	(%)
1. Ativos	27.844	24.713	12,67
Recebível	1.051	934	12,53
Investimentos	26.793	23.779	12,68
Créditos Privados e Depósitos	1.940	1.638	18,44
Fundos de Investimento	24.853	22.141	12,25
2. Obrigações	22	23	(4,35)
Operacional	22	23	(4,35)
3. Fundos não Previdenciais	1.050	933	12,54
Fundos Administrativos	1.050	933	12,54
4. Ativo Líquido	26.772	23.757	12,69
Provisões Matemáticas	10.904	12.526	(12,95)
Superávit Técnico	9.689	8.435	14,87
Fundos Previdenciais	6.179	2.796	120,99

6

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

Descrição			Variação
	2015	2014	(%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	23.756	20.703	14,75
1. Adições	3.966	3.959	0,18
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.966	3.959	0,18
2. Destinações	(950)	(906)	4,86
(-) Benefícios	(950)	(906)	4,86
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	3.016	3.053	(1,21)
(+/-) Provisões Matemáticas	(1.622)	178	(1.011,24)
(+/-) Fundos Previdenciais	3.382	(2.741)	(223,39)
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	1.256	5.616	(77,64)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	26.772	23.756	12,70
C) Fundos não previdenciais	1.050	933	12,54
(+/-) Fundos Administrativos	1.050	933	12,54

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

Descrição	Variação		
	2015	2014	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	26.795	23.780	12,68
1. Provisões Matemáticas	10.904	12.526	(12,95)
1.1. Benefícios Concedidos	10.904	12.526	(12,95)
Benefício Definido	10.904	12.526	(12,95)
2. Equilíbrio Técnico	9.690	8.435	14,88
2.1. Resultados Realizados	9.690	8.435	14,88
Superávit Técnico Acumulado	9.690	8.435	14,88
Reserva de Contingência	2.301	3.132	(26,53)
Reserva para Revisão de Plano	7.389	5.303	100,00
3. Fundos	6.179	2.796	120,99
3.1. Fundos Previdenciais	6.179	2.796	120,99
4. Exigível Operacional	22	23	(4,35)
4.1. Gestão Previdencial	22	23	(4,35)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

Descrição			Variação
	2015	2014	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	279.165	244.921	13,98
1. Custeio da Gestão Administrativa	127.271	119.611	6,40
1.1 - Receitas	127.271	119.611	6,40
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	57.939	62.688	(7,58)
Custeio Administrativo dos Investimentos	23.951	23.842	0,46
Taxa de Administração dos Empréstimos e Financiamentos	7.189	7.036	2,17
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	36.289	24.815	46,24
Outras Receitas	1.903	1.230	54,72
2. Despesas Administrativas	76.736	71.846	6,81
2.1 - Administração Previdencial	48.071	40.175	19,65
Pessoal e Encargos (Nota 10.1)	24.154	20.538	17,61
Treinamentos / Congressos e Seminários	326	420	(22,38)
Viagens e Estadias	532	565	(5,84)
Serviços de Terceiros (Nota 10.2)	13.769	10.757	28,00
Despesas Gerais	2.261	5.761	(60,75)
Depreciações e Amortizações	2.414	2.128	13,44
Tributos	2.714	-	100,00
Outras Despesas	1.901	6	31.583,33
2.2 - Administração dos Investimentos	28.351	31.619	(10,34)
Pessoal e Encargos (Nota 10.1)	19.490	17.815	9,40
Treinamentos / Congressos e Seminários	75	-	100,00
Viagens e Estadias	199	237	(16,03)
Serviços de Terceiros (Nota 10.2)	1.567	3.076	(49,06)
Despesas Gerais	5.465	10.491	(47,91)
Tributos	1.555	-	100,00
2.4 - Outras Despesas	314	52	503,85
3. Constituição/Reversão de Contingências	3.705	13.523	(72,60)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	32	-	100,00
6. Sobre/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	46.798	34.242	-
7. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (6)	46.798	34.242	36,67
8. Operações Transitórias	-	2	(100,00)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 7 + 8)	325.963	279.165	16,76

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

Descrição			Variação
	2015	2014	(%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	16.816.144	16.008.782	5,04
1. Adições	2.692.885	2.492.351	8,05
(+) Contribuições Previdenciais	589.818	687.068	(14,15)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.954.687	1.685.672	15,96
(+) Receitas Administrativas	90.983	94.796	(4,02)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	36.289	24.815	46,24
(+) Constituição de fundo de Investimentos	21.108	-	100,00
2. Destinações	(1.269.635)	(1.718.500)	(26,12)
(-) Benefícios	(1.137.192)	(1.449.595)	(21,55)
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(51.969)	(183.033)	(71,61)
(-) Despesas Administrativas	(76.737)	(71.846)	6,81
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(3.705)	(13.524)	(72,60)
(-) Reversão de Fundos de Investimentos	-	(502)	(100,00)
(-) Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(32)	-	(100,00)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.423.250	773.851	83,92
(+/-) Provisões Matemáticas	1.289.844	1.169.936	10,25
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	138.427	325.469	(57,47)
(+/-) Fundos Previdenciais	(72.928)	(755.294)	(90,34)
(+/-) Fundos Administrativos	46.798	34.242	36,67
(+/-) Fundos de Investimentos	21.108	(502)	(4.304,87)
4. Operações transitórias	-	33.511	100,00
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	18.239.394	16.816.144	8,46

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Vale do Rio doce de Seguridade Social - VALIA ("Valia", "Fundação" ou "Entidade"), pessoa jurídica de direito privado, instituída pela Vale S.A. em 2 de abril de 1973, é uma entidade fechada de previdência complementar privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, multipatrocinada, com multiplanos, constituída para funcionar por prazo indeterminado, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, obedecendo às normas expedidas através do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC e as Resoluções específicas do Banco Central do Brasil.

Em consonância com as disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como finalidade principal conceder benefícios suplementares, ou assemelhados aos da Previdência Oficial, a que têm direito os participantes e respectivos beneficiários.

Os recursos de que a Fundação dispõe para fazer face aos seus compromissos regulamentares são oriundos das contribuições dos patrocinadores e dos participantes, inclusive assistidos e dos rendimentos resultantes do investimento desses recursos. Os planos de benefícios de natureza previdenciária, administrados pela Fundação, conforme definido nos seus regulamentos e seus respectivos patrocinadores, de acordo com o cadastro no site da PREVIC são:

Plano de Benefício Definido - CNPB Nº 1973.0001-56 **Modalidade Benefício Definido**

Vale S.A.
Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - Hispanobras
Companhia Ítalo-brasileira de Pelotização - Itabrasco
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco
Florestas Rio Doce S.A.
Fundação Vale
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia
LOG-IN Logística Intermodal S.A.
Minas da Serra Geral S.A.

Plano de Benefícios - Cenibra - CNPB Nº 1995.0023-56 **Modalidade Contribuição Variável**

Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra

**Plano de Benefícios - Vale Mais - CNPB Nº 1999.0052-11
Modalidade Contribuição Variável**

Aliança Geração de Energia S.A.
Aliança Norte Energia Participações S.A.
Associação Instituto Tecnológico Vale - ITV
CADAM S.A.
Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - Hispanobras
Companhia Ítalo-brasileira de Pelotização - Itabrasco
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco
Ferrovia Norte Sul S.A.
Florestas Rio Doce S.A.
Fundação Vale
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia
LOG-IN Logística Intermodal S.A.
LOG.STAR Navegação S.A.
Minas da Serra Geral S.A.
Mineração Paragominas S.A.
Minerações Brasileiras Reunidas S.A - MBR
Norsk Hydro Brasil Ltda.
Norsk Hydro Energia Ltda.
Salobo Metais S.A.
Ultrafertil S.A.
Vale S.A.
Vale Energia Limpa S.A.
Vale Energia S.A.
Vale Fertilizantes S.A.
Vale Óleo e Gás S.A.
Vale Potássio Nordeste S.A.
Vale Soluções em Energia S.A. - VSE
VLI Multimodal S.A.
VLI Operação Ferrovia Independente S.A.*
VLI Operações Portuárias S.A.
VLI S.A.

(*) A denominação social da VOT - VLI Operações Terminais mudou para VOFI - VLI Operação Ferroviária Independente S.A.

Plano de Benefícios - Valiaprev - CNPB Nº 2000.0082-83
Modalidade Contribuição Variável

Albrás Alumínio Brasileiro S.A.
Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A.
Associação dos aposentados, pensionistas e empregados das empresas patrocinadoras da Valia
Bozel Brasil S.A.
Cia. Paulista de Ferro Ligas
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco
Companhia Portuária Baía de Sepetiba
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.
Florestal Bioflor S.A.
Instituto Ambiental Vale
Kaserge - Serviços Gerais Ltda.
Mineração Corumbaense Reunida S.A.
MSE - Serviços de Operação, Manutenção e Montagem Ltda.
Nova Era Silicon S.A.
PASA Plano de Assistência a Saúde do Aposentado da Vale
Samarco Mineração S.A.
TVV - Terminal de Vila Velha S.A.
Vale S.A.
Vale Fertilizantes S.A.
Vale Manganês S.A.
Valesul Alumínio S.A.

Plano de Benefícios - Vale Fertilizantes - CNPB Nº 2012.0002-74
Modalidade Contribuição Variável

Vale Fertilizantes S.A.

Conforme previsto no respectivo Termo de Transferência de Gerenciamento do Plano Vale Fertilizantes administrado pela Bungeprev - Fundo Múltiplo de Previdência Privada para a Valia o processo de transferência foi concluído em 05 de março de 2014, dentro do prazo estabelecido. Tal conclusão foi devidamente informada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

O plano passou a ser gerenciado pela Valia a partir de tal data.

Nas demonstrações contábeis do exercício de 2014, na rubrica "Operações Transitórias" temos os valores da referida transferência: R\$ 33.511 na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, R\$ 33.507 na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Vale Fertilizantes e R\$ 2 na Demonstração do Plano de Gestão Administrativa. Todos estes valores referem-se   posição recebida na transferência de gerenciamento. Os valores de fechamento anual estão expressos nas respectivas demonstrações.

Abono Complementação

Em 2001, conforme Convênio celebrado entre a Vale e a Valia, foi transferido para esta Fundação a operacionalização e administração do abono complementação de aposentadoria e de pensão. Estas rendas são pagas aos ex-empregados das empresas VALE, DOCEGEO, DOCENAVE, VALIA e ITABRASCO e seus beneficiários definidos nas Resoluções CVRD 05/87, 06/87 e 07/89; Resoluções DOCEGEO RE-003/87, 004/87 e 0007/89; Instrução Especial - DOCENAVE - nº 202/89 (DP); Ata - VALIA - Dir.261^a, de 07/07/87 e Carta - ITABRASCO - IB - 055/88, de 05/02/88 nº 05/87 e 07/89, respectivamente. O Abono Complementação não se caracteriza juridicamente como um Plano de Benefícios e não tem vinculação solidária com quaisquer dos outros planos administrados pela Valia, não cabendo modalidade de plano de benefícios.

Adesões e retiradas das Patrocinadoras ocorridas no exercício

Processo Autorizativo	Patrocinadora	Status	Plano	Prazo de aprovação / autorização
Retirada de Patrocínio	Vale Florestar S.A.	Aprovado	Vale Mais	07/01/2015
Convênio de Adesão	Aposvale(*)	Aprovado	Valiaprev	27/04/2015
Convênio de Adesão	Aliança Norte Energia Participações S.A.	Aprovado	Vale Mais	24/07/2015
Convênio de Adesão	Aliança Geração de Energia S.A.	Aprovado	Vale Mais	24/07/2015
Convênio de Adesão	Vale Energia S.A.	Aprovado	Vale Mais	24/07/2015
Convênio de Adesão	Norsk Hydro Energia Ltda.	Aprovado	Vale Mais	16/12/2015
Retirada de Patrocínio	PSC Terminais Intermodais Ltda.	Aprovado	Vale Mais	03/09/2015
Convênio de Adesão	Araucária Nitrogenados	Em Andamento	Vale Mais	Em análise PREVIC
Retirada de Patrocínio	Araucária Nitrogenados	Em Andamento	Vale Mais	Em análise PREVIC

(*) Associação dos aposentados, pensionistas e empregados das empresas patrocinadoras da Valia

A Valia possuía em 31 de dezembro de 2015 a seguinte quantidade de participantes:

Planos	Ativos	Assistidos	Pensionistas	Total
Benefício Definido	12	10.780	5.871	16.663
Vale Mais	78.056	4.206	537	82.799
Valiaprev	20.540	337	78	20.955
Vale Fertilizantes	870	31	-	901
Cenibra	-	33	5	38
Total Geral	99.478	15.387	6.491	121.356

Com as seguintes características populacionais:

Planos	Idade Média (em anos)	
	Ativos	Assistidos e Pensionistas
Benefício Definido	54	69
Vale Mais	36	57
Valiaprev	38	55
Vale Fertilizantes	45	62
Cenibra	-	66

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da VALIA e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, que incluem as disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 8,

de 31 de outubro de 2011, Instrução da Secretaria de Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e alterações posteriores e Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

Apresentamos a seguir os demonstrativos contábeis exigidos a partir da Resolução CNPC nº 08/2011 e alterações posteriores:

- (i) Balanço Patrimonial (Consolidado).
- (ii) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada).
- (iii) Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido (Individual por plano).
- (iv) Demonstrac o do Ativo Líquido (Individual por plano).
- (v) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada).
- (vi) Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (Individual por plano).

3 Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Valia são apresentadas a seguir:

a. Registros contábeis

Os registros contábeis são realizados separadamente, por plano de benefícios, gerando balancetes contábeis individualizados, bem como o plano de gestão administrativa, em consonância com a Resolução CNPC n  08, de 31 de outubro de 2011 e suas alterações posteriores e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n  1.272 de 22 de janeiro de 2010.

b. Investimentos

Os rendimentos gerados pelos investimentos são contabilizados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria em que estão classificados.

Conforme determinação da Instrução SPC n  34, de 24 de setembro de 2009, quando a administração julga necessário   constituída provisão para cobrir possíveis perdas nesses investimentos. Esses ativos são demonstrados líquidos das respectivas provisões para perdas, quando aplicável.

b.1. Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

As operações com créditos privados e depósitos assim como os fundos de Investimentos, de acordo com a Resolução CGPC n  4, de 30 de janeiro de 2002, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Fundação, são registrados inicialmente pelo valor de aquisição e classificados nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado. Os títulos, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até a data do vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os investimentos efetuados no mercado de renda fixa (títulos do governo federal, em instituições financeiras e em títulos de empresas) incluem juros e variação monetária, apropriados em função do tempo decorrido até a data do balanço. O  gio e o deságio na compra de títulos são amortizados *pro rata die*, durante o período da aquisição até a data de vencimento do título.

Ajuste a valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas m dias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

- Certificados de depósitos bancários, pelo valor nominal atualizado até a data do vencimento, descontado a valor presente às taxas de juros de mercado.

b.2. Fundos de Investimentos

Os fundos de renda fixa, renda variável, participação e investimentos no exterior estão avaliados pelo valor da quota, calculados pelos respectivos gestores, tomando por base as variações de mercado.

b.3. Ações

As ações estão registradas pelo valor de aquisição, acrescidas das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do último dia do mês em que tenha sido negociada em bolsa. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do exercício.

b.4. Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados ao custo de aquisição, atualizado pelos valores indicados nos laudos de reavaliação. Conforme Instrução PREVIC nº 15 de 12 de novembro de 2014, a Entidade fica dispensada do registro da depreciação quando a reavaliação da sua carteira imobiliária em caso de reavaliação anual. A receita de aluguéis é registrada no resultado do exercício, na rubrica de receitas de investimentos imobiliários, na gestão de investimentos.

b.5. Empréstimos e Financiamentos

Os Empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes estão apresentados pelo valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais. As taxas aplicadas foram determinadas por normas internas, atendendo o mínimo previsto no artigo 38 da Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 3.846 de 25 de março de 2010.

b.6. Ativos Contingentes

A Valia tem a possibilidade de receber o valor decorrente de ação judicial transitada em julgado patrocinada pela Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) em nome de suas associadas. A ABRAPP pleiteou a diferença de correção monetária paga a menor, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND's emitidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, em decorrência da substituição do índice de preços ao consumidor - IPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pela variação do Bônus do Tesouro Nacional - BTN. A decisão foi favorável à ABRAPP, mas o processo de execução judicial ainda está em curso. Nenhum ganho foi reconhecido.

c. Permanente

Os ativos imobilizados e intangíveis estão demonstrados ao custo de aquisição e são depreciados/amortizados de acordo com a vida útil econômica estimada na sua aquisição, considerando as suas características.

d. Exigível operacional

Representam as obrigações decorrentes de direitos a benefícios dos participantes, salários dos empregados da entidade, prestação de serviços por terceiros, obrigações fiscais, investimentos, operações com participantes.

e. Exigível contingencial

Registra as ações judiciais contra a entidade classificadas entre gestão previdencial, administrativa e de investimento, de acordo com sua natureza, que serão objeto de decisão futura e poderão ter ou não impacto na situação econômico-financeira da entidade.

A entidade avalia e classifica a probabilidade de perda com base na avaliação entre provável, possível e remota de acordo com o CPC 25:

- **Perda Provável** - Há obrigação presente, resultante de eventos passados, que provavelmente irá requerer saída de recursos;
- **Perda Possível** - Há obrigação possível ou obrigação presente, resultante de eventos passados, que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer, uma saída de recursos;
- **Perda Remota** - Há obrigação possível ou obrigação presente, resultante de eventos passados, cuja probabilidade de uma saída de recursos no futuro é remota.

f. Patrimônio social

Patrimônio de Cobertura do Plano

O Patrimônio de cobertura do plano é constituído pelas Provisões Matemáticas e pelo Equilíbrio Técnico.

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

No Equilíbrio Técnico, estão registrados os resultados acumulados obtidos pelos planos de benefícios previdenciais.

Fundos

Os fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A Valia consignou em seu balanço fundos no segmento Previdencial, Administrativo e Investimento.

g. Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são registrados pelo regime de competência.

h. Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC requer

que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. As provisões para perdas em investimentos, o exigível contingencial, as provisões matemáticas e os fundos são alguns dos itens que estão sujeitos a essas estimativas e premissas, e sua liquidação poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

i. Apuração do Resultado

O resultado de cada plano de benefícios, administrativo e consolidado é apurado mensalmente de acordo com o princípio da competência, salvo as exceções previstas em lei e demais princípios contábeis aplicados, além das demais disposições previstas nas resoluções MPS/CNPC e instruções PREVIC.

j. Ajuste de Precificação

Conforme nova redação dada à Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, por meio da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, bem como a Instrução PREVIC nº 19 de 04 de fevereiro de 2015, a partir do exercício de 2015 é necessário divulgar o Equilíbrio Técnico Ajustado, ajuste este resultante da diferença positiva ou negativa entre os títulos públicos federais atrelados a índice de preços, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil destes mesmos títulos. Na apuração do ajuste de precificação de 2015, conforme tabela indicada na Portaria nº 708, de 22 de dezembro de 2015, foram calculadas diferenças positivas, ou seja, o valor dos títulos na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados a taxa do passivo dos planos é superior aos valores contabilizados. Desta forma, e considerando que os planos da Valia se apresentam superavitários, não há que se falar em ajuste de precificação na Demonstração do Ativo Líquido dos planos de benefícios.

4 Realizável da Gestão Previdencial

A composição do Realizável da Gestão Previdencial pode ser assim demonstrada:

	2015	2014	Var (%)
Gestão previdencial			
Recursos a receber	35.901	36.849	(2,57)
Adiantamentos	490	561	(12,66)
Depósitos Judiciais/Recursais	<u>251.269</u>	<u>234.294</u>	<u>7,25</u>
	<u>287.660</u>	<u>271.704</u>	<u>5,87</u>

Os Recursos a Receber referem-se às contribuições normais do mês de dezembro de 2015, que são recebidas no mês subsequente. Os valores referentes aos Depósitos Judiciais/ Recursais e Bloqueios Judiciais referem-se às contingências passivas da gestão previdencial.

Tais valores são atualizados mensalmente pela variação da TR + 0,5% a.m.

Não existem dívidas contratadas junto às patrocinadoras.

5 Realizável da Gestão Administrativa

No quadro abaixo segue a composição do Realizável da Gestão Administrativa:

	2015	2014	Var (%)
Contas a receber	4.858	9.902	(50,93)
Despesas antecipadas	320	20	1.600,00
Depósitos judiciais/recursais	<u>14.898</u>	<u>11.682</u>	<u>27,53</u>
	<u>20.076</u>	<u>21.604</u>	<u>(7,07)</u>

No grupo Contas a Receber registram-se as contribuições para custeio do mês de dezembro de 2015, que são recebidas no mês subsequente e adiantamentos a empregados. Dentro do grupo Contas a Receber em 2014, tínhamos o saldo classificado em "Outros Recursos a Receber", onde é registrado o carregamento a receber pelo Plano de Gestão Administrativa (PGA), referente ao Custeio Administrativo do mês de dezembro de 2014, que foi recebido no mês subsequente. No exercício de 2015 tais valores foram eliminados no ajuste de consolidação, bem como a participação dos planos no fundo administrativo.

No Grupo Despesas antecipadas é registrado o estoque de materiais de almoxarifado. A variação entre os exercícios de 2014 e 2015 nesta rubrica se deu em função do fluxo de compras de itens que ainda não foram colocados em uso. Toda aquisição, seguindo os fluxos de cotação de preços e compra, transita pelo estoque e quando a requisição de compra é atendida e o produto é entregue a área solicitante, seu valor baixado do estoque é alocado na rubrica contábil específica. Registram-se na gestão Administrativa ainda os valores referentes aos Depósitos Judiciais / Recursais referentes às contingências passivas da Gestão Administrativa.

6 Demonstrativo da Carteira de investimentos

A Valia possui segregação real dos seus investimentos e sua carteira consolidada em 31 de dezembro está assim representada:

Descrição	2015	2014	Var (%)
Renda fixa			
Títulos do Governo Federal	7.171.856	5.519.473	29,94
Aplicações em instituições financeiras	208.148	175.422	18,66
CDB Itaú Unibanco	111.140	93.517	18,84
LF Subordinada Bradesco	97.008	81.905	18,44
Títulos de empresas	143.648	213.454	(32,70)
Debêntures Rota das Bandeiras	46.207	42.915	7,67
Debêntures Telemar	-	34.136	(100,00)
Debêntures Cemig	-	24.474	(100,00)
Debêntures Julio Simões Logística	33.446	30.270	10,49
Debêntures Andrade Gutierrez	19.953	18.046	10,57
Debêntures Centrovias	12.418	16.850	26,30
Outras Debêntures	31.624	46.763	(32,37)
Fundos de investimentos em renda fixa	8.134.480	6.632.010	22,65
	<u>15.658.132</u>	<u>12.540.359</u>	<u>24,86</u>
Renda variável			
Mercado de ações à vista	-	1.275.054	(100,00)
BR Foods	-	564.886	(100,00)
Vale	-	229.688	(100,00)
Petrobrás	-	113.389	(100,00)
Abril Educação	-	72.436	(100,00)
JHSF	-	56.220	(100,00)
BR Malls	-	52.933	(100,00)
Outras Ações - Instituições Financeiras	-	171.329	(100,00)
Valores a Receber	-	14.172	(100,00)
Fundos de investimentos em Renda Variável	784.435	950.592	(17,48)
	<u>784.435</u>	<u>2.225.646</u>	<u>(64,75)</u>

Descrição	2015	2014	Var (%)
Investimentos estruturados			
Fundos de participação	515.060	670.762	(23,21)
Fip Sondas	86.734	202.167	(57,10)
Fip Kinea II	71.640	53.155	34,78
Infra Brasil Fip	67.008	75.122	(10,80)
Fundo Brasil de Internacionalização Fip	54.942	56.527	(2,80)
FS - Fip	48.705	47.895	1,69
Neo Capital Mezanino Fip	44.336	41.804	6,06
Fip Brasil de Governança Corporativa	36.735	37.608	(2,32)
Outros Fundos de Participação	191.694	156.484	22,50
Provisão para perda Fip Sondas (Nota 8)	(86.734)	-	100,00
Fundo Imobiliário Panamby	20.565	19.208	7,06
	<u>535.625</u>	<u>689.970</u>	<u>(22,37)</u>
Investimentos no exterior			
Fundo Claritas Glob	30.473	-	100,00
JPM Glob	26.671	-	100,00
FOF Multi Global Equities	15.289	-	100,00
BB MM Nordea	13.023	-	100,00
Outros Fundos de Investimento no Exterior	26.669	-	100,00
	<u>112.125</u>	<u>-</u>	<u>100,00</u>
Investimentos imobiliários			
Aluguéis e Renda	1.223.853	1.295.769	(5,55)
Uso Próprio	22.600	28.799	(21,53)
Provisão p/Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 8)	-	(1.445)	(100,00)
	<u>1.246.453</u>	<u>1.323.123</u>	<u>(5,79)</u>
Operações com participantes			
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	1.073.278	1.167.653	(8,08)
Provisão p/Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 8)	(56.153)	(42.424)	32,36
	<u>1.017.125</u>	<u>1.125.229</u>	<u>(9,61)</u>
Total	<u><u>19.353.895</u></u>	<u><u>17.904.327</u></u>	<u><u>8,10</u></u>

Em função do cenário desafiador prospectivo para a economia brasileira em 2015, a Valia adotou a estratégia de tornar sua carteira de investimentos mais defensiva e com maior previsibilidade de retorno, além de buscar oportunidades de negócio com atrativa relação risco x retorno.

Diante da expectativa de alta dos juros domésticos e dos prêmios oferecidos pelos Títulos Públicos Federais, a Valia aumentou o percentual aplicado no segmento de Renda fixa através de aplicações em Caixa (CDI/Selic) e em Títulos Públicos Federais (Linhas Títulos do Governo Federal, Aplicações em Instituições Financeiras e

Fundos de Investimentos de Renda Fixa). Em contrapartida, diante da expectativa de baixo crescimento dos lucros das empresas e visando minimizar a volatilidade dos retornos, reduzimos consideravelmente a alocação no segmento de Renda Variável.

Outro movimento importante foi a aplicação no segmento de Investimentos no Exterior visando aproveitar os benefícios estratégicos da diversificação em fundos de ações globais. A expectativa de desvalorização do real configurou-se como importante oportunidade de aplicação nesse segmento, com excelente relação risco x retorno.

6.1. Títulos e valores mobiliários classificados para negociação e vencimento

Em consonância com o artigo 8º da Resolução do Conselho de gestão de Previdência Complementar - CGPC nº 4 de 30 de janeiro de 2002, demonstramos abaixo os títulos classificados nas categorias mantidos até o vencimento e os mercados a mercado, detalhados por tipo e prazo, posicionados em 31 dezembro.

	2015			2014		
	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação
<i>Papel</i>	Valor de Mercado	Curva	Mercado	Valor de Mercado	Curva	Mercado
<i>Títulos Federais</i>						
NTN - Série B	9.367.897	10.482.749	24.161	8.239.811	8.208.203	29.733
NTN - Série C	517.187	474.211	347.266	498.414	426.909	336.169
NTN - Série F	-	-	2.423	-	-	2.732
LTN	-	-	55.139	-	-	48.645
LFT	-	-	235.714	-	-	257.643
Total Títulos Públicos	9.885.084	10.956.960	664.702	8.738.225	8.635.112	674.922
<i>Títulos privados</i>						
CDB	111.389	111.140	382.968	95.104	93.517	824.358
Notas promissórias	-	-	-	-	-	25.481
Debêntures	203.915	201.702	144.944	269.853	267.376	171.033
Compromissadas (i)	-	-	3.052.444	-	-	1.726.949
LF Subordinada	98.466	97.008	70.420	85.510	81.905	63.277
Total Títulos Privados	413.770	409.850	3.650.776	450.466	442.798	2.811.097
	<u>10.298.854</u>	<u>11.366.810</u>	<u>4.315.478</u>	<u>9.188.692</u>	<u>9.077.910</u>	<u>3.486.019</u>
<i>Por prazo de vencimento</i>						
A vencer em 360 dias (2016)	8.685	8.682	3.486.162	24.327	24.474	2.546.244
A vencer entre 361 e 1080 dias (2017/2018)	602.418	596.059	212.648	318.247	303.576	231.403
A vencer a partir de 1081 dias (2019 em diante)	9.687.751	10.762.069	616.668	8.846.118	8.749.860	708.373
	<u>10.298.854</u>	<u>11.366.810</u>	<u>4.315.478</u>	<u>9.188.692</u>	<u>9.077.910</u>	<u>3.486.020</u>
Total Contábil			15.682.288			12.563.930
NTNC em garantia			(808)			(11.758)
Caixa/provisões fundos			(108)			(250)
NTNB ATMOS (RV)			(14.873)			-
NTNB RAUTA (RV)			-			(4.044)
LFT PELLETS (RV)			(370)			-
LFT SI MISTRAL (RV)			(7.997)			(7.519)
Total Renda Fixa			<u>15.658.132</u>			<u>12.540.359</u>

(i) As operações compromissadas são aplicações do saldo de caixa, via instituição financeira, cujo lastro são debêntures ou títulos públicos em fundos de renda fixa; os saldos dessas operações compromissadas operados por meio dos fundos de investimento em ações não foram apresentados nessa tabela.

(ii) Estes títulos compõem a carteira do fundo Atmos, Pellets e SI Mistral ambos fundos de Renda Variável, que estão apresentados na conciliação da tabela com o saldo total de renda fixa.

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA tem capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", estando assim em conformidade com o artigo 9º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 8, de 19 de junho de 2002.

6.1.1. Forma de precificação de ativos em virtude de ausência de negociação no período

Para as debentures da 2ª (segunda) série da 1ª (primeira) emissão da Contax (CTPA21), que se encontram há mais de 180 dias sem negociação no fundo de investimento Safira, adota-se como metodologia de marcação pelo administrador do fundo, a aplicação de um percentual de corte (*haircut*) de 80% sobre o valor de face calculado pela taxa de emissão (IPCA + 6,8%aa).

6.2. Demonstrativo de Investimento por plano

Os investimentos por plano em 31 de dezembro de 2015 estão assim alocados por segmento, conforme estrutura da Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009:

Descrição	Benefício Definido	Cenibra	Vale Mais	Valiaprev	Vale Fertilizantes	Abono	PGA	Consolidado
Renda fixa								
Títulos Públicos	6.046.703	-	1.082.610	16.073	-	26.470	-	7.171.856
Aplicações em instituições financeiras	44.456	1.940	105.487	-	-	56.265	-	208.148
Títulos de empresas	122.026	-	21.622	-	-	-	-	143.648
Fundos de investimentos	2.626.127	24.853	3.398.977	368.277	42.034	1.363.482	310.730	8.134.480
	8.839.312	26.793	4.608.696	384.350	42.034	1.446.217	310.730	15.658.132
Renda variável								
Mercado de ações à vista	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de investimentos	169.883	-	539.823	69.798	4.931	-	-	784.435
	169.883	-	539.823	69.798	4.931	-	-	784.435
Investimentos estruturados								
Fundos de participação	453.015	-	62.045	-	-	-	-	515.060
Fundo Imobiliário	19.268	-	1.297	-	-	-	-	20.565
	472.283	-	63.342	-	-	-	-	535.625
Investimentos no exterior								
Fundos de investimentos	-	-	112.125	-	-	-	-	112.125
Investimentos imobiliários								
Aluguéis e Renda	1.008.970	-	214.883	-	-	-	-	1.223.853
Uso próprio	-	-	22.600	-	-	-	-	22.600
	1.008.970	-	237.483	-	-	-	-	1.246.453
Operações com participantes								
Empréstimos e Financiamentos	451.320	-	515.499	50.306	-	-	-	1.017.125
Total	10.941.768	26.793	6.076.968	504.454	46.965	1.446.217	310.730	19.353.895

Em 31 de dezembro de 2014 estavam assim alocados:

Descrição	Benefício Definido	Cenibra	Vale Mais	Valiaprev	Vale Fertilizantes	Abono	PGA	Consolidado
Renda fixa								
Títulos Públicos	4.738.305	-	761.977	7.782	-	11.409	-	5.519.473
Aplicações em instituições financeiras	37.407	1.638	88.872	-	-	47.505	-	175.422
Títulos de empresas	185.319	-	28.134	-	-	-	-	213.454
Fundos de investimentos	2.061.187	22.141	2.689.381	299.030	36.375	1.262.857	261.039	6.632.010
	<u>7.022.218</u>	<u>23.779</u>	<u>3.568.365</u>	<u>306.812</u>	<u>36.375</u>	<u>1.321.771</u>	<u>261.039</u>	<u>12.540.359</u>
Renda variável								
Mercado de ações à vista	1.063.801	-	211.253	-	-	-	-	1.275.054
Fundos de investimentos	314.812	-	570.391	61.611	3.777	-	-	950.592
	<u>1.378.613</u>	<u>-</u>	<u>781.644</u>	<u>61.611</u>	<u>3.777</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.225.646</u>
Investimentos estruturados								
Fundos de participação	566.260	-	104.502	-	-	-	-	670.762
Fundo Imobiliário	17.997	-	1.211	-	-	-	-	19.208
	<u>584.257</u>	<u>-</u>	<u>105.713</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>689.970</u>
Investimentos imobiliários								
Aluguéis e Renda	1.066.165	-	228.158	-	-	-	-	1.294.324
Uso próprio	4.765	-	24.035	-	-	-	-	28.799
	<u>1.070.930</u>	<u>-</u>	<u>252.193</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.323.123</u>
Operações com participantes								
Empréstimos e Financiamentos	496.903	-	573.374	54.952	-	-	-	1.125.229
Total	<u>10.552.922</u>	<u>23.779</u>	<u>5.281.290</u>	<u>423.375</u>	<u>40.152</u>	<u>1.321.771</u>	<u>261.039</u>	<u>17.904.327</u>

6.3. Rentabilidade Planos e Perfis de Investimento

Plano	Investimentos		Rentabilidade 2015 - %	Rentabilidade 2014 - %
	2015	2014		
Beneficio Definido	10.941.768	10.552.922	10,53	9,85
Cenibra	26.793	23.779	17,02	19,58
Vale Mais	6.076.968	5.281.290	11,53	9,58
Valiaprev	504.454	423.375	11,21	10,58
Vale Fertilizantes	46.965	40.152	11,56	10,83
Abono Complementacao	1.446.217	1.321.771	17,01	19,83
PGA	310.730	261.039	13,46	10,87
Consolidado	19.353.895	17.904.327	11,37	10,65

A Valia oferece perfis de Investimento aos participantes dos planos Vale Mais e Valiaprev conforme apresentado abaixo:

Perfis de Investimento - Plano Vale Mais - CNPB 1999.0052-11

Tipo de perfil	Qtde de participantes (Ativos)	Volume de recursos dos participantes do perfil	Rentabilidade 2015 - %	Rentabilidade 2014 - %
Valia Fix	6.081	471.140	13,95	12,02
Valia Mix 20	68.793	1.830.860	9,40	9,91
Valia Mix 35	2.663	170.154	6,09	8,30
Valia Ativo Mix 40	519	86.675	6,39	8,69

Perfis de Investimento - Plano Valiaprev - CNPB 2000.0082-83

Tipo de perfil	Qtde de participantes (Ativos)	Volume de recursos dos participantes do perfil	Rentabilidade 2015 - %	Rentabilidade 2014 - %
Valia Fix	938	47.160	13,87	12,03
Valia Mix 20	19.125	260.141	9,46	9,91
Valia Mix 35	416	15.075	6,20	8,27
Valia Ativo Mix 40	61	10.248	6,40	8,70

7 Reavaliação dos imóveis

Anualmente, a Fundação realiza a reavaliação da sua carteira imobiliária de acordo com as normas estabelecidas pela PREVIC. A reavaliação de 2015 foi realizada pela Câmara de Consultores Associados Ltda. - CCA, cujo parecer foi emitido pela engenheira Eliane H. C. Schiavo - CREA RJ - 1979102468. A reavaliação do exercício de 2014 foi realizada pela FIDE Serviço de Engenharia e Consultoria Ltda., cujo parecer foi emitido pelo engenheiro Jackson Carvalho Guedes - CREA 45.458-D, adotando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Neste exercício passamos a adotar a Instrução PREVIC Nº 15 de 12 de novembro de 2014, que dispensa o registro da depreciação dos imóveis no caso de reavaliação anual dos investimentos imobiliários.

O quadro a seguir apresenta o valor da reavaliação dos investimentos imobiliários da Valia em 2015:

Imóvel	Data-base do Laudo	Valor do imóvel	Vida útil remanescente	Efeito no resultado
America Business Park	31/07/2015	82.400	48	(4.993)
Centro Empresarial Cidade Nova	31/07/2015	305.646	30	(5.052)
Centro Empresarial Mourisco	31/07/2015	45.201	30	(3.494)
Cidade Jardim Corporate Center	31/07/2015	346.100	48	(18.171)
Ed. Sede de Empresas	31/07/2015	22.600	20	(938)
Edifício Barão de Mauá	31/07/2015	140.000	20	(12.663)
Edifício Candelária Corporate	31/07/2015	54.374	30	(3.533)
Rio Office Tower	31/07/2015	238.402	48	(15.873)
Alugueis a receber		11.730		-
		<u>1.246.453</u>		<u>(64.717)</u>

O resultado da reavaliação foi negativo em R\$ 64.717 em 2015. (Positivo de R\$ 52.944 em 2014), conforme detalhado a seguir:

Imóvel	Aumento/Redução no resultado do exercício	
	2015	2014
Imóveis de Uso Próprio	(938)	3.799
Imóvel Locado às Patrocinadoras	(12.633)	13.223
Locados a Terceiros	<u>(51.116)</u>	<u>35.922</u>
	<u>(64.717)</u>	<u>52.944</u>

8 Provisão de direitos creditórios de liquidação duvidosa e perdas de investimento

Provisão de direitos creditórios de liquidação duvidosa

Em conformidade com o Item 11, Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 a Fundação constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para fazer face à eventual inadimplência da carteira de empréstimos e da carteira de investimentos imobiliários, conforme descrito a seguir:

- (a) 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- (b) 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- (c) 75% (cinquenta por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- (d) 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

No que tange a carteira de empréstimos, o valor da provisão é de R\$ 56.153 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 42.424 - em 31 de dezembro de 2014) nos planos Benefício Definido, Vale Mais e Valiaprev. Com relação à inadimplência referente aos aluguéis e outros direitos a receber da carteira imobiliária, em 31 de dezembro 2015 não existiam valores provisionados. Em 31 de dezembro de 2014 o valor era de R\$ 1.445 nos planos Benefício Definido e Vale Mais.

Provisão para perdas de investimento

A Valia é cotista do FIP Sondas, fundo de investimento em participações, acionista da Sete Brasil - sociedade anônima de capital fechado criada para a construção de sondas de perfuração para exploração do Pré-Sal brasileiro. Considerando a remota possibilidade de continuidade do plano de negócios da empresa Sete Brasil, investida do FIP Sondas, por medida de conservadorismo e conforme preceituam as melhores práticas contábeis, efetuamos provisão negativa no valor do saldo existente no referido fundo em 31 de dezembro de 2015 de (R\$ 86.734) nos planos Benefício Definido e Vale Mais.

9 Ativo permanente

A Valia realiza anualmente o inventário físico dos bens do ativo permanente compatibilizando os controles individuais com os registros contábeis, em consonância com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011. O ativo permanente está registrado no Plano de Gestão Administrativa classificado em imobilizado e intangível, conforme quadro a seguir:

Permanente	2015	2014	Var (%)
Imobilizado	2.070	2.683	(22,85)
Intangível	20.509	20.623	(0,55)
	<u>22.579</u>	<u>23.306</u>	<u>(3,12)</u>

No subgrupo Imobilizado os registros estão subdivididos em itens como: Móveis e Utensílios, Equipamentos de Informática, Instalações. Já no subgrupo Intangível estão alocados os sistemas de informática em uso pela Fundação, assim como os sistemas de informática em fase de implantação.

10 Custeio Administrativo

Para apuração do saldo do Fundo Administrativo de cada plano são utilizados os seguintes critérios:

- Receitas: alocadas diretamente no plano de origem, utilizando-se as fontes de custeio previdencial e de investimentos.
- Despesas Específicas: alocadas diretamente no plano de origem.
- Despesas Comuns: o critério de rateio das despesas comuns entre os planos de benefícios é feito tomando por base a massa de participantes de cada plano de benefício, considerando a ponderação entre quantidade e situação destes participantes e também levando em consideração o patrimônio dos planos.

No que tange ao rateio por gestão (Previdencial e Investimentos), este é realizado em função dos centros de custos específicos.

Abaixo o detalhamento dos principais grupos de despesas administrativas:

10.1. Despesas com pessoal

Despesas com pessoal	2015	2014	Var (%)
Dirigentes	1.734	1.580	9,75
Pessoal próprio	41.676	36.569	13,97
Estagiários	234	204	14,71
	<u>43.644</u>	<u>38.353</u>	<u>13,80</u>

Neste grupo registram-se as despesas com pessoal e encargos da Fundação. No exercício de 2015, houve acréscimo na conta de rescisões trabalhistas, que atingiu o montante de R\$ 514. Além deste fator, ao longo de 2015 houve a contratação de 10 pessoas com deficiência, sendo que com estas contratações a Valia superou o mínimo exigido pela cota legal. Estas contratações representaram um acréscimo de aproximadamente R\$ 1.000 na folha de pagamento. A variação entre os exercícios também é fruto do aumento nos gastos com assistência médica dos funcionários, além do percentual determinado no Acordo Coletivo de Trabalho, que gerou um impacto de aproximadamente R\$ 1.900. Importante destacar que registramos a despesa com a remuneração dos diretores, mesmo não ocorrendo o efetivo desembolso desta despesa, uma vez que os diretores são cedidos pela patrocinadora Vale S/A, que por liberalidade assume este gasto. Esta despesa é anulada na conta de reembolsos da Gestão Administrativa.

10.2. Despesas com serviços de terceiros

Despesas com serviços de terceiros	2015	2014	Var (%)
Consultoria Jurídica	6.106	3.941	54,94
Recursos Humanos	70	88	(20,45)
Informática	4.995	4.464	11,90
Consultoria Atuarial	521	250	108,40
Consultoria de Investimentos	630	562	12,10
Consultoria Contábil	152	199	(23,62)
Gestão / Planejamento Estratégico	29	-	(100,00)
Outras	2.834	4.329	(34,53)
Gestão de Documentos	884	1.977	(55,29)
Comunicação	176	669	(73,69)
Consultoria Projetos Sped's RFB	276	-	100,00
Outras despesas	1.498	1.683	(10,99)
	<u>15.336</u>	<u>13.833</u>	<u>10,87</u>

Neste grupo registram-se as despesas com serviços de terceiros tomados pela Fundação. Ressalta-se que no subgrupo "Outras" estão alocadas as despesas com serviços de terceiros, pulverizados em diversas áreas e com distintas naturezas. Em 2015 refinou-se a classificação das despesas por tipo de serviço prestado, resultando assim na diminuição da rubrica outros.

10.3. Custeio Administrativo - Investimento

Refere-se ao recurso mensal transferido de cada plano para o custeio das atividades administrativas.

Plano	2015	2014	Var (%)
Benefício Definido	23.642	23.560	0,35
Cenibra	11	19	(42,11)
Vale Fertilizantes	166	156	6,41
Abono Complementação	132	106	24,53
Total	<u>23.951</u>	<u>23.841</u>	<u>0,46</u>

11 Exigível operacional da gestão previdencial

Neste grupo registram-se benefícios a pagar e as respectivas retenções da folha de benefícios.

Gestão Previdencial	2015	2014	Var (%)
Benefícios a pagar	1.123	895	25,47
Retenções a recolher	8.201	17.590	(53,38)
Outras exigibilidades	6.604	9.198	(28,20)
	<u>15.928</u>	<u>27.683</u>	<u>(42,46)</u>

No grupo "Outras Exigibilidades", são registrados os demais valores a pagar referentes a gestão previdencial tais como os reembolsos e repasses a patrocinadores no montante de R\$ 5.903. Em dezembro de 2014 havia também o saldo classificado em "Custeio Administrativo", referente ao carregamento a repassar ao Plano de Gestão Administrativa (PGA), pago no mês subsequente, no montante de R\$ 4.377. No exercício de 2015 tais valores foram eliminados no ajuste de consolidação.

12 Exigível operacional da gestão administrativa

Apresenta os valores a pagar relacionados à pessoal e encargos, retenções a recolher e fornecedores.

13 Exigível operacional dos investimentos

Apresenta os valores a pagar relacionados aos investimentos da Valia, tais como cotas condominiais de unidades imobiliárias vagas que serão pagas no mês subsequente e valores provisionados para pagamento de custas judiciais numa eventual ação de cobrança referente a carteira de empréstimos, conforme quadro abaixo:

Investimentos	2015	2014	Var (%)
Imobiliários	1.117	847	31,88
Empréstimos e financiamentos	877	1.002	(12,48)
	<u>1.994</u>	<u>1.849</u>	<u>7,84</u>

14 Exigível contingencial

As contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da entidade. A Valia adota como critério para o registro dessas contingências provisionar somente as ações consideradas, pela área jurídica, como perda provável.

Esta rubrica contempla os processos judiciais de natureza previdenciária, administrativa e de investimentos conforme detalhamento a seguir. Em 2015, houve um acréscimo de R\$ 54.009, significativamente menor do que o ocorrido em 2014 de R\$ 183.672 na provisão.

Exigível Contingencial	2015	2014	Var (%)
Gestão previdencial	1.398.791	1.346.822	3,86
Gestão administrativa	17.353	13.648	27,15
Investimentos	540	2.205	(75,51)
	<u>1.416.684</u>	<u>1.362.675</u>	<u>3,96</u>

14.1. Exigível contingencial da gestão previdencial

Os processos de natureza previdencial são basicamente ações de assistidos, cujos principais objetos são as diferenças decorrentes de atualização monetária de suas reservas de poupança e equivalência dos benefícios ao salário mínimo (artigo 58 do Ato Declaratório das Disposições Constitucionais Transitórias), bem como aplicação de ganhos reais aos benefícios. Existem ainda os processos com objeto Expurgos Inflacionários, que se referem a ações em que assistidos e ex-participantes (que já efetuaram o resgate da reserva de poupança) requerem a aplicação dos expurgos inflacionários ao benefício ou a reserva de poupança resgatada.

Gestão previdencial	2015	2014	Var (%)
Artigo 58	312.218	305.719	2,13
Ganho real	190.388	223.525	(14,82)
Expurgos inflacionários	135.519	121.057	11,95
Outros	760.666	696.521	9,21
	<u>1.398.791</u>	<u>1.346.822</u>	<u>3,86</u>

Com vistas a explicar o contido na linha "Outros" do quadro acima cabe ressaltar que a Valia possui outras ações relacionadas a questionamentos previdenciais, cuja classificação dada pelos advogados é de perda provável. Estas estão classificadas no subgrupo "Outros", na gestão Previdencial onde se pleiteiam mais de um objeto, conforme demonstra o quadro a seguir:

Outros - Gestão Previdencial	2015	2014	Var (%)
Artigo 58 + outros índices	635.613	602.613	5,48
Ganho real + outros índices	96.685	78.617	22,98
Outros	28.368	15.291	85,52
	<u>760.666</u>	<u>696.521</u>	<u>9,21</u>

Estas provisões referem-se ao plano Benefício Definido.

14.2. Exigível Contingencial da Gestão Administrativa

Neste grupo são alocados os processos de natureza administrativa que se referem a ações reclamatórias promovidas por ex-empregados da Fundação e ações de natureza tributária. O valor total constante neste grupo, referente exclusivamente a causas tributárias, totaliza, em 31 de dezembro de 2015, R\$ 17.353 (R\$ 13.648 - em 2014).

Estas provisões referem-se ao Plano de Gestão Administrativa.

14.3. Exigível Contingencial Investimentos

Quanto aos processos do programa de investimentos, estes são decorrentes de ações relativas preponderantemente a imóveis da carteira imobiliária da Valia, no valor de R\$ 540 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 2.505 em 2014). Cabe destacar que a redução do provisionamento decorreu de encerramento de processo mediante quitação. Estas provisões referem-se ao Plano Benefício Definido.

14.4. Perdas possíveis

O status destes processos, na avaliação dos advogados, não indica uma perda provável, pois a matéria ainda não foi pacificada e há divergência na interpretação nos tribunais. Por este motivo, esses valores não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis do exercício social de 2015.

A Valia e seus assessores jurídicos externos revisam tais status e classificações periodicamente. Abaixo, segue quadro com os valores classificados como perda possível, posicionados em 31 de dezembro de 2015, com comparativo com o exercício anterior:

Perdas possíveis	2015	2014	Var (%)
Gestão Previdencial	1.168.319	446.902	161,43
Gestão Administrativa	113.056	2.308	4.798,44
Investimentos	1.384	6.143	(77,46)
	<u>1.282.759</u>	<u>455.353</u>	<u>181,71</u>

A variação no montante de Perdas Possíveis na rubrica Gestão Previdencial decorre, basicamente, de fatores oriundos da dinâmica do Contencioso, incluindo ajustes de objetos e número de litisconsortes, entrada de novos processos, bem como alterações de prognósticos a cada decisão de mérito, feitas pelos advogados.

O processo 00999181320108130317, em curso na 1ª Vara Cível de Itabira/MG, trata-se de processo plúrimo (171 autores) que se encontra em fase de execução de sentença e relativo a diferenças decorrentes de equivalência dos benefícios ao salário mínimo (artigo 58 do Ato Declaratório das Disposições Constitucionais Transitórias) está devidamente provisionado por ter sua classificação como perda provável. Entretanto, nesse processo específico, os Autores requerem também a condenação da Valia ao pagamento de uma multa, que, segundo a avaliação dos advogados da Fundação, é de cabimento questionável.

Nesse sentido, em 2015, a Valia incluiu o montante requerido relativo a multa (processo nº 1370591), de aproximadamente R\$ 300 milhões, com prognóstico de Perda Possível,

de acordo com a avaliação dos advogados responsáveis pela causa, considerando que ainda não há decisão judicial definitiva a respeito.

Ainda com relação a variação entre os exercícios na Gestão Previdencial, cabe destacar a revisão do número de litisconsortes do processo nº 00033133519998080024, que acarretou no aumento de aproximadamente R\$ 395 milhões no seu valor possível estimado. Trata-se de ação plúrima que busca aplicação de ganhos reais aos beneficiários. Tendo o recurso especial da Valia sido provido para julgar improcedente os pedidos, em consonância com a atual jurisprudência dominante do STJ no que tange à inaplicabilidade dos ganhos reais, aguarda-se julgamento de recurso dos autores (Embargos de divergência).

A variação no valor de Perdas Possíveis na rubrica Gestão Administrativa decorre preponderantemente da inclusão de uma Execução Fiscal ajuizada pelo Município de Vitória/ES para exigir suposto débito de ISS relativo ao período compreendido entre setembro de 1999 e junho de 2003, com valor estimado de R\$ 102.875 em 31 de dezembro de 2015.

15 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas consignadas nos balanços de 2015 e 2014 referem-se à avaliação atuarial realizada pelos atuários externos independentes.

Em 2015 a avaliação atuarial foi realizada pela Mercer Human Resource Consulting para todos os planos de benefícios e Abono Complementação. Já em 2014 a avaliação foi realizada pela Mercer Human Resource Consulting para os planos Plano Benefício Definido, Plano Vale Mais e Vale Fertilizantes e ainda o Abono Complementação; pela Bhering - Consultoria e Projeto Ltda. para o plano Valiaprev e pela Atuas - Atuários Associados Ltda para o Plano Cenibra.

Conforme parecer atuarial as hipóteses e métodos utilizados na avaliação são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18 de 25 de março de 2005, ou seja, respeitam a legislação vigente, as características da massa de participantes e os regulamentos dos planos.

Benefício concedido

Em relação ao Plano Benefício Definido, essa provisão consiste na diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela Valia em relação aos assistidos em gozo de rendas de complementações de aposentadorias e pensões e o valor atual das contribuições que por eles venham a ser recolhidas à Valia para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio em vigor.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos dos demais planos estão representadas por: (i) o valor atual dos compromissos com o pagamento dos benefícios de aposentadoria, incapacidade, benefício por morte e benefício proporcional diferido aos participantes já assistidos em gozo de renda mensal vitalícia e de seus beneficiários; e (ii) pelo saldo de conta remanescente para os demais participantes assistidos.

Benefício a conceder

As provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano Benefício Definido representam a diferença entre compromissos futuros com o pagamento de benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários e o valor atual das contribuições futuras a serem recolhidas por patrocinadores e por estes participantes.

No caso dos demais planos, representam o saldo de contas previdenciárias (participante e patrocinador) dos participantes que ainda não estão em gozo de benefício programado. Para os benefícios de risco e o benefício proporcional, as provisões matemáticas de benefícios a conceder representam a diferença entre compromissos futuros com o pagamento destes benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários e o valor atual das contribuições futuras a serem recolhidas por patrocinadores.

A seguir descrevemos as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial:

	2015	2014
Plano Benefício Definido	Tábua de Mortalidade - AT-2000 Suavizada em 10%. Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55%; Taxa de juros anual - 5,0% a.a. Capacidade Salarial/ Capacidade Benefícios Concedidos - 0,99 Crescimento salarial/Rotatividade - 0% a.a.	Tábua de mortalidade - AT-2000 suavizada em 10%. Tábua de entrada em invalidez - Zimmerman suavizada a 55% Taxa de juros anual - 4,75% a.a. Capacidade Salarial/ Capacidade Benefícios Concedidos - 0,99 Crescimento salarial - 0% a.a.
Plano Vale Mais		
Subplano Benefício Proporcional	Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55%; Taxa de Juros Anual - 5,5% a.a. Capacidade Salarial - N.A Capacidade dos Benefícios Concedidos - 0,99 Crescimento salarial/Rotatividade - 0% a.a.	Tábua de mortalidade - AT-83 Tábua de entrada em invalidez - Zimmerman suavizada a 55% Taxa de juros anual - 5,5% a.a. Capacidade Salarial - N.A Capacidade dos Benefícios Concedidos - 0,99 Crescimento salarial/Rotatividade - 0% a.a.
Subplano Risco	Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55%; Taxa de Juros Anual - 5,5% a.a. Capacidade Salarial/ Capacidade Benefícios Concedidos - 0,99 Rotatividade - 3% a.a. até 55 anos Crescimento Salarial - 2% a.a. até 55 anos	Tábua de mortalidade - AT-83 Tábua de entrada em invalidez - Zimmerman suavizada a 55% Taxa de juros anual - 5,5% a.a. Capacidade Salarial/ Capacidade Benefícios Concedidos - 0,99 Rotatividade - 3% a.a. para os participantes até 47 anos Crescimento salarial - 3% a.a. para os participantes até 47 anos
Subplano Renda	Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina Taxa de Juros Anual - 5,5% a.a. Capacidade Salarial - N.A Capacidade dos Benefícios Vitalícios já Concedidos - 0,99 Crescimento salarial/Rotatividade - N.A	Tábua de mortalidade - AT-83 Taxa de juros anual - 5,5% a.a. Capacidade Salarial - N.A Capacidade dos Benefícios Vitalícios já Concedidos - 0,99 Crescimento salarial/Rotatividade - N.A

2015

2014

Plano Valiaprev

Subplano Risco

Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina
 Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55%;
 Taxa de Juros Anual - 5,5% a.a.
 Capacidade Salarial/ capacidade Benefícios Concedidos - 0,99
 Crescimento Salarial - 2% a.a. até 55 anos
 Rotatividade - 3% a.a. até 55 anos

Tábua de mortalidade - AT-83
 Tábua de entrada em invalidez - Zimmerman suavizada a 55%
 Taxa de juros anual - 5,5% a.a.
 Capacidade Salarial/ capacidade Benefícios Concedidos - 0,99
 Crescimento Salarial - N.A
 Rotatividade - N.A

Subplano Renda

Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina
 Taxa de Juros Anual - 5,5% a.a.
 Capacidade Salarial - N.A
 Capacidade dos Benefícios Vitalícios já Concedidos - 0,99
 Crescimento salarial/Rotatividade - N.A

Tábua de mortalidade - AT-83
 Taxa de juros anual - 5,5% a.a.
 Capacidade Salarial - N.A
 Capacidade dos Benefícios Vitalícios já Concedidos - 0,99
 Crescimento salarial/Rotatividade - N.A

Plano Cenibra

Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina
 Taxa de Juros Anual - 5,5% a.a.
 Capacidade Salarial - N.A
 Capacidade dos Benefícios Concedidos - 0,99
 Crescimento salarial/Rotatividade - N.A

Tábua de mortalidade - AT-83, desagravada em 10 anos
 Taxa de juros anual - 5,45% a.a.
 Capacidade Salarial - N.A
 Capacidade dos Benefícios Concedidos - 0,99
 Crescimento salarial/Rotatividade - N.A

Plano Vale Fertilizantes

Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina
 Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55%;
 Taxa de Juros Anual - 5,0% a.a.
 Capacidade Salarial - 0,99
 Capacidade dos Benefícios Concedidos - N.A
 Crescimento salarial - 2% a.a. até 55 anos
 Rotatividade - 3% a.a. até 55 anos

Tábua de mortalidade - AT-2000
 Tábua de entrada em invalidez - Zimmerman suavizada a 55%
 Taxa de juros anual - 4,9 % a.a.
 Capacidade Salarial - 0,99
 Capacidade dos Benefícios Concedidos - N.A
 Crescimento salarial - 3% a.a. até 47 anos
 Rotatividade - 3% a.a. até 47 anos

O impacto no resultado da gestão previdencial - constituições/reversões de provisões atuariais consolidadas estão demonstrados abaixo:

	Benefícios concedidos	Benefícios a conceder	Provisões a Constituir	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	9.380.199	2.815.372	-	12.195.571
Apropriação ao resultado	639.967	564.296	(858)	1.203.405
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.020.166	3.379.668	(858)	13.398.976
Apropriação ao resultado	961.832	327.892	120	1.289.844
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.981.998	3.707.560	(738)	14.688.820

15.1. Taxa de juros

Plano Benefício Definido

Devido à sustentação da inflação acima do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e aos ajustes esperados na política econômica, é esperada pelo mercado a manutenção das elevadas taxas de juros domésticas em 2016.

Com base nesta perspectiva macroeconômica, nos estudos de ALM (*Asset Liability Management*) elaborados pela Mercer Consultoria, na composição da carteira de investimentos do Plano e em uma política de investimentos diversificada, torna-se provável o atingimento de uma taxa de retorno de 5% a.a. no horizonte de prazo dos estudos de ALM. A taxa de retorno de 5% representa uma elevação em relação ao exercício anterior, quando adotou-se taxa de juros de 4,75% a.a.

A carteira de investimentos do Plano de Benefício Definido conta com ativos indexados à inflação nos segmentos de Renda Fixa, Imóveis e Operações com Participantes, com taxas de retorno reais de longo prazo superiores a 5% a.a., em montante que supera o valor presente dos benefícios futuros.

15.2. Cálculo de juros atuarial para o exercício de 2015

A adequação e a aderência da taxa de juros constam do estudo técnico realizado pelo atuário externo da Valia, Mercer, o qual demonstra a convergência entre o valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos e a taxa de desconto para apuração do valor presente do fluxo futuro de pagamento de benefícios e de receitas de contribuições, em atendimento à Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014 e à Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015.

O quadro a seguir resume a taxa de juros real anual de cada Plano, fundamentada pelo referido estudo e utilizada na avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2015, bem como a duração do passivo e os limites estabelecidos pela legislação:

Plano	Duration 2014 Portaria 91 / 2015	Limites Portaria 197 / 2015	Taxa Máxima do Estudo IN23 / 2015	Taxa de Juros Utilizada 31/12/2015
Benefício Definido	10,5	Limite Inferior: 3,69% Limite Superior: 5,67%	5,62%	5,00%
Vale Mais	14,5	Limite Inferior: 3,76% Limite Superior: 5,77%	5,73%	5,50%
Vale Fertilizantes	8,7	Limite Inferior: 3,63% Limite Superior: 5,59%	5,26%	5,00%
Valiaprev	18,5	Limite Inferior: 3,81% Limite Superior: 5,84%	5,57%	5,50%
Cenibra	11,1	Limite Inferior: 3,70% Limite Superior: 5,69%	5,69%	5,50%

16 Fundos

Os fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A Valia consignou em seu balanço os seguintes fundos:

Fundo previdencial

Conforme o art. 5º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, na constituição de fundos previdenciais e na manutenção dos já existentes, observada a estrutura técnica do plano de benefícios, cabe ao atuário responsável a indicação de sua fonte de custeio e de sua finalidade, que deverá guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado.

Os saldos apresentados no balanço de 2015 referem-se aos Fundos para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses; Superávit - 2012 (Plano Benefício Definido), além dos Fundos Valesul, Albrás e FCA (Plano Valiaprev), todos previstos nas notas técnicas atuariais dos planos de benefícios.

O Fundo Previdencial do Abono Complementação não sofreu alteração pois o mesmo vem sendo mantido em seu valor nominal de R\$ 97.495 desde o exercício de 2010 para cobrir eventuais perdas atuariais e financeiras. Uma vez que não houve resultado negativo de 2014 para 2015, tal fundo não teve variação.

	2015	2014	Var (%)
Abono complementação			
Outros - previsto em nota técnica atuarial	97.495	97.495	-
FDSA (*)	97.495	97.495	-
Benefício Definido			
Revisão do plano	208.543	342.626	(39,13)
Distribuição de superávit - 2012	208.543	342.626	(39,13)
Cenibra			
Outros - previsto em nota técnica atuarial	6.178	2.796	120,96
FDSA (*)	6.178	2.796	120,96
Vale Mais			
Outros - previsto em nota técnica atuarial	314.087	260.507	20,57
FDSA (*)	314.087	260.507	20,57
Vale Fertilizantes			
Outros - previsto em nota técnica atuarial	233	41	468,29
FDSA (*)	233	41	468,29
Valiaprev			
Outros - previsto em nota técnica atuarial	34.237	30.237	13,23
FDSA (*)	19.746	15.293	29,12
Fundo Valesul	3.562	3.145	13,26
Fundo Albrás	10.842	11.722	(7,51)
Fundo FCA Risco	87	77	12,99
Total	660.775	733.702	(9,94)

(*) Fundos para desvios de sinistralidade e alterações de hipóteses.

Fundo administrativo

É constituído por resultado líquido do custeio administrativo adicionado ao rendimento dos investimentos da gestão administrativa, que objetiva cobrir as despesas administrativas a serem realizadas pela Valia na administração dos planos de benefícios previdenciais, na forma de seus regulamentos, considerando o limite mínimo relativo ao saldo do ativo permanente. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo deste fundo é de R\$ 325.963 (R\$ 279.165 - em 2014).

Fundo de investimento

Fundo de Auto Seguro de Empréstimos (ASE), constituído para fazer face à eventos incertos ou que independam de atos sob a gestão da Valia, com impacto negativo sobre a rentabilidade da carteira de empréstimos. O saldo deste fundo é constituído pelos valores mensalmente apurados conforme percentual destinado a seguro da taxa de empréstimos.

Dado o cenário esperado para o próximo ano ser mais desafiador optou-se neste exercício: (i) pela retenção deste fundo de investimento constituído ao longo de 2015; (ii) por aumentar a sua receita futura nas novas taxas de empréstimos praticadas a partir de 2016. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo deste fundo é de R\$ 21.608 (R\$ 500 - em 2014).

As variações comentadas anteriormente estão demonstradas como segue:

	Fundos Previdenciais	Fundo Administrativo	Fundo Investimento	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2013	1.488.933	244.921	1.000	1.734.854
Formação/ Reversão de fundos	(755.231)	34.244	(500)	(721.487)
SalDOS em 31 de dezembro de 2014	733.702	279.165	500	1.013.367
Formação/ Reversão de fundos	(72.927)	46.798	21.108	(5.021)
SalDOS em 31 de dezembro de 2015	660.775	325.963	21.608	1.008.346

17 Distribuição de Superávit

Em março de 2010, a PREVIC aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, considerando as adaptações ao disposto na Resolução CGPC nº 26/2008 e Instrução SPC nº 28/2008, que estabeleceram a permanência do percentual de 25% aplicado sobre a suplementação líquida mensal de janeiro de cada ano. Critério este que perdura condicionado a existência de recursos no Fundo de Distribuição do Superávit.

Em novembro de 2010, a PREVIC aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, pela portaria nº 897, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/11/2010, considerando que adicionalmente ao pagamento do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o benefício líquido de contribuição à Valia para a obtenção do valor da rubrica "distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)", no mês de junho de cada exercício, em caráter extraordinário e transitório, condicionado à existência de recursos no Fundo de Distribuição do Superávit, o pagamento de um abono correspondente a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado "abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)".

Em 2011, na forma do regulamento do Plano de Benefício Definido, foi realizado o pagamento do percentual de 25% aplicado sobre a suplementação líquida mensal de janeiro de 2011. Adicionalmente a este pagamento, no mês de junho, em caráter extraordinário e transitório, foi pago

um abono correspondente a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado “abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)”. Estes critérios são condicionados a existência de recursos no Fundo de Distribuição do Superávit.

A PREVIC aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, pela portaria nº 77, publicada no DOU de 15/02/2012, considerando que adicionalmente ao pagamento do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o benefício líquido de contribuição para Valia para a obtenção do valor da rubrica “distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)”, para o ano de 2012 um abono, pago extraordinariamente em março (30 dias a partir de sua aprovação), e outro abono pago em junho de 2012, ambos correspondentes a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado “abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)”. Para o ano de 2013 em diante, no mês de junho de cada ano, enquanto perdurar o Fundo de Distribuição do Superávit, seria efetuado o pagamento de um abono correspondente a seis vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado “abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)”.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou, em caráter definitivo, a alteração regulamentar para antecipar para janeiro de cada ano a data de pagamento do Abono do Superávit do Plano de Benefício Definido através de portaria publicada em 20 de dezembro de 2012, no DOU.

Em 2012, considerando que o superávit do plano Benefício Definido ultrapassava 25% das provisões matemáticas, foi constituída a reserva especial para revisão do plano pelo 3º ano consecutivo, já considerando as hipóteses mínimas (tábua de mortalidade AT2000 com juros de 5% a.a.) previstas na Resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008. Ainda de acordo com a Resolução, a revisão do plano de benefícios é obrigatória. O Conselho

Deliberativo decidiu transferir os recursos da reserva especial para um novo fundo previdencial de distribuição de superávit - 2012 e encomendou a realização de estudo específico para determinação da distribuição e destinação desse novo superávit no exercício de 2013.

Em dezembro de 2013, com base na Resolução CNPC nº10, de 19 de dezembro de 2012, que alterou a Resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008, foram alteradas as hipóteses mínimas (tábua de mortalidade AT2000 suavizada em 10% com juros de 4,75% a.a.) e apurado novo superávit do plano Benefício Definido, que ultrapassa 25% das provisões matemáticas e foi revisto o valor da reserva especial para revisão do plano (fundo previdencial de distribuição de superávit - 2012).

Na reunião de 18 de setembro de 2013 o Conselho Deliberativo aprovou a alteração do Regulamento para contemplar a nova distribuição de superávit:

- **“Superávit 1”:** antecipar o seu pagamento de modo a extinguir o Fundo de Distribuição de Superávit, que vinha sendo distribuído sob a forma de parcela mensal (“distribuição de superávit (art. 20 da LC 109/2001)”) e de abono anual.
- **“Superávit 2”:** Iniciar a distribuição dos valores registrados no Fundo de Distribuição de Superávit 2012, através do pagamento mensal do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o benefício líquido de contribuição para Valia.

Em 2014, o abono de distribuição de superávit, correspondente a seis vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, foi pago no mês de janeiro. Os pagamentos mensais de 25% foram mantidos, da mesma forma que como definidos desde 2007, ambos até a exaustão do Fundo de Distribuição do

Superávit, bem como enquanto persistirem as condições legais e regulamentares para a sua concessão.

A alteração regulamentar foi aprovada pela Portaria nº 9, de 25/02/2014, publicada no DOU de 26/02/2014, sendo extinto o Fundo de "Superávit 1" no pagamento da FOPAG de março/2014.

Em 2015, foi mantido o pagamento mensal do percentual de 25% sobre o benefício líquido de contribuição para Valia, considerando que ele continuará até a exaustão do Fundo de Distribuição do Superávit, bem como enquanto persistirem as condições legais e regulamentares para a sua concessão.

Os valores pagos a título de distribuição de superávit são registrados no grupo "Outras deduções" na Gestão Previdencial.

18 Partes Relacionadas

Conforme CPC 05 - Partes Relacionadas, as transações com partes relacionadas e saldos existentes com outras entidades de grupo econômico devem ser divulgadas nas demonstrações contábeis da entidade.

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições compatíveis com as praticadas com terceiros.

a. Investimentos no patrocinador Vale

A Valia possuía ativos da Vale em suas carteiras de investimentos (gestão própria e terceirizada) com as seguintes posições de encerramento de exercício:

	2015	2014	Var (%)
Benefício Definido			
Debênture Vale (CVRD6)	165	149	10,55
VALE3	1.532	112.538	(98,64)
VALE5	1.596	85.628	(98,14)
Total	3.293	198.316	(98,34)
	2015	2014	Var (%)
Vale Mais			
Debênture Vale (CVRD6)	11	10	10,55
VALE3	4.897	23.746	(79,38)
VALE5	5.101	25.218	(79,77)
Total	10.009	48.973	(79,56)

	2015	2014	Var (%)
Valiaprev			
VALE3	639	948	(32,67)
VALE5	665	1.039	(35,97)
Total	1.304	1.987	(34,40)
	2015	2014	Var (%)
Vale Fertilizantes			
VALE3	46	60	(24,29)
VALE5	47	67	(30,60)
Total	92	127	(27,61)
Total Geral	14.698	249.404	(94,11)

b. Imóveis locados a patrocinador

O Edifício Barão de Mauá, localizado no centro do Rio de Janeiro, sede da Vale, faz parte da carteira imobiliária da Valia. Abaixo demonstramos os valores registrados a título de receita de aluguel locado a patrocinador:

	2015	2014	Var (%)
Imóvel Locado a Patrocinador			
Ed. Barão de Mauá	16.117	14.656	9,97

O Contrato de locação com o patrocinador Vale deverá ser encerrado em breve para realização de reforma no prédio visando atender requisitos de segurança.

* * *

Maria Eudoxia Monteiro de Barros Gurgel
Diretora Superintendente
 CPF: 003.438.267-47

Maria Elisabete Silveira Teixeira
Diretora de Seguridade
 CPF: 860.851.237-87

Mauricio da Rocha Wanderley
Diretor de Investimentos e Finanças
 CPF: 001.911.777-92

Fernanda Alves Gouvêa
Contadora Geral - CRC-RJ 105.083/0-0
 CPF: 088.660.857-07

CENÁRIO MACROECONÔMICO

No ano de 2015, os principais temas relacionados ao exterior foram os estímulos do Banco Central Europeu para a retomada do crescimento mais consistente na Zona do Euro, a normalização da Política Monetária nos EUA e a desaceleração do crescimento chinês.

A Zona do Euro vem buscando alcançar a inflação próxima a 2% e crescimento consistente através de política monetária expansionista, com taxa de juros baixa aliada ao programa de compra de ativos, conhecido como "*quantitative easing*". A inflação permanece em patamar baixo apesar da economia demonstrar uma retomada lenta.

Nos EUA, a recuperação é consistente com redução do índice de desemprego e crescimento do PIB. O Fed elevou a taxa de juros em 0,25 p.p., resultando em uma taxa de juros entre 0,25% e 0,50%. Entretanto a inflação baixa devido à valorização do dólar em relação a outras moedas e a queda nos preços das commodities deve fazer com que o aperto monetário seja mais suave.

O crescimento chinês segue desacelerando, com menor ímpeto na indústria e construção civil, mas com consumo robusto e o setor de serviços ganhando força.

A economia brasileira vem atravessando um período difícil, com a deterioração da maioria de seus indicadores, principalmente os de atividade que já apresenta oficialmente recessão técnica, caracterizando-se por um Produto Interno Bruto (PIB) negativo por dois trimestres consecutivos. Apesar dessa fraca atividade, a inflação permanece acima da meta, a exemplo do que já havia acontecido nos anos de 2013 e 2014.

Os preços administrados e a desvalorização cambial contribuíram para a elevação da inflação medida pelo IPCA, registrando alta de 10,67% no ano. Como uma das consequências, experimentamos baixos níveis de confiança do consumidor e da indústria.

Diante desse cenário, o Banco Central elevou a taxa básica de juros no primeiro semestre de 2015, quando esta atingiu 14,25%. A partir da reunião de setembro, a decisão foi de não aumentar mais os juros, acreditando que a inflação voltaria para o centro da meta ao final de 2016. Em outubro, após decidir que a Selic permaneceria em 14,25%, o Banco Central explicou que não busca mais a meta de inflação para 2016.

A retração da atividade econômica também mostra a necessidade de ajuste das contas públicas, uma vez que esta retração tem afetado a arrecadação, aprofundando a trajetória do déficit primário que se iniciou em 2013. No período, o governo central priorizou aprovar novas medidas para reduzir custos e buscar receitas extraordinárias, entretanto o plano foi frustrado devido às dificuldades de aprovação no Congresso. A baixa arrecadação aliada à crise política impedindo o país de implementar uma agenda de ajustes fiscais, geraram no ano um déficit primário de 1,9% do PIB e o downgrade da nota de crédito do Governo Brasileiro avaliado pelas principais agências de rating.

O país passa por uma crise econômica e política e, em meio a estas turbulências, segue para 2016 com o desafio de realizar os três grandes ajustes macroeconômicos necessários: inflação, ajuste fiscal e contas externas.

Plano de Cenibra

A carteira consolidada do plano apresentou rentabilidade de 17,02%, superando a meta atuarial medida pelo IGP-M + 5,5% de 16,56%. O Plano Cenibra possui somente investimentos no segmento de Renda Fixa, sendo sua carteira composta quase que na sua totalidade por títulos indexados a inflação.

Plano CENIBRA - Segmentos	Rent líquida	Rent Bruta	Índice de Referência	Rent.
Renda Fixa	17,02%	17,03%	IGPM + 5,45% a.a.	16,56%

DESPESAS DE INVESTIMENTOS

Despesas de Investimentos CONSOLIDADA	Gestão Própria	Gestão Terceirizada	Total
Taxa de Administração dos Fundos	365.370	6.647.746	7.013.117
Custódia	543.727	225.814	769.541
Controladoria	24.090	50.195	74.285
Taxa de Gestão dos Fundos	-	7.915.258	7.915.258
Taxa de Fiscalização - CVM	313.023	304.675	617.697
Selic	382.871	44.235	427.106
Cetip	733.682	183.011	916.693
Cblc	18.534	20.859	39.393
AMBIMA	38.031	44.402	82.433
Auditoria - Fundos	47.806	143.826	191.632
Cartório - Fundos	411	-	411
Corretagens	1.414.802	2.552.193	3.966.996
Emolumentos	538.694	488.335	1.027.030

Despesas de Investimentos PLANO CENIBRA	Gestão Própria	Gestão Terceirizada	Total
Taxa de Administração dos Fundos	1.221	-	1.221
Custódia	807	-	807
Controladoria	34	-	34
Taxa de Gestão dos Fundos	-	-	-
Taxa de Fiscalização - CVM	441	-	441
Selic	733	-	733
Cetip	1.098	-	1.098
Cblc	1	-	1
AMBIMA	48	-	48
Auditoria - Fundos	83	-	83
Cartório - Fundos	-	-	-
Corretagens	-	-	-
Emolumentos	-	-	-

DESPESAS DE INVESTIMENTOS

Despesas de Investimentos PGA	Gestão Própria	Gestão Terceirizada	Total
Taxa de Administração dos Fundos	9.479	107.714	117.193
Custódia	9.209	9.963	19.172
Controladoria	470	2.491	2.960
Taxa de Gestão dos Fundos	-	-	-
Taxa de Fiscalização - CVM	5.804	18.188	23.993
Selic	5.286	3.759	9.046
Cetip	26.751	8.271	35.022
Cblc	1	-	1
AMBIMA	655	2.212	2.866
Auditoria - Fundos	875	1.363	2.238
Cartório - Fundos	13	-	13
Corretagens	-	-	-
Emolumentos	-	-	-

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO CENIBRA

1 Premissas Macroeconômicas

1.1. Economia Brasileira

A economia brasileira atravessa um período de estagnação econômica, consequência da perda de competitividade e da baixa confiança dos agentes. Além disso, 2014 foi ano de eleição para Presidente da República, e isso gerou muita volatilidade no mercado doméstico, com a incerteza sobre quem comandaria a nação pelos próximos quatro anos. Ajustes macro e microeconômicos serão fundamentais em 2015 para que a economia possa se equilibrar.

Para 2015, as projeções da Tendências Consultoria apontam para uma Selic mais alta, o que ainda não deverá ser suficiente para convergir a inflação, que, segundo as expectativas do mercado, poderá estourar o teto da meta no final do ano. A política fiscal também será um desafio para a nova equipe econômica. O nível de atividade deverá ficar em linha com o de 2014, em um cenário de baixo crescimento. O câmbio tem projeção para 2,79 R\$/US\$ em 2015, influenciado pelas projeções de continuidade da inflação, baixo crescimento, dólar valorizado e incertezas sobre a política fiscal.

As principais premissas assumidas no cenário macroeconômico da Valia para o ano de 2015 são as seguintes:

Variável	Indicador	Cenário 2015
Inflação	IGP-M	5,00%
Inflação	IPCA	6,40%
Taxa de Juros	SELIC (Média)	11,99%
Atividade Econômica	PIB	0,64%
Câmbio	R\$/US\$ (Final de Período)	2,79
Bolsa de Valores	Ibovespa*	12,05%

Fonte: Tendências Consultoria e *Projeção Valia

2 Política de Investimentos 2015 - Macroalocação

2.1. Plano Cenibra

A carteira de investimentos do Plano Cenibra é composta exclusivamente por investimentos no segmento de Renda Fixa. A maior parte deste plano se manterá investida em títulos indexados ao IGP-M e IPCA, públicos e privados.

Alocação 2015 - % RGRT			
Segmentos	% Mínimo	% Máximo	% Alvo
Renda Fixa	100%	100%	100%

Carteiras de Renda Fixa - % RGRT			
Carteiras	% Mínimo	% Máximo	
Títulos Públicos Federais	0%	100%	
Pré-fixados	0%	5%	
Indexados a Inflação	0%	100%	
FIDC e FICFIDC	0%	5%	
CRI	0%	5%	
Debêntures, Notas Promissórias e Créditos de Inst. Financeira	0%	30%	

A meta atuarial e suas rentabilidades esperadas para o ano de 2015 do Plano Cenibra estão descritas no quadro abaixo:

Segmentos	Taxa Mínima Atuarial	Rentabilidade Esperada Taxa Mínima Atuarial
Renda Fixa	IGP-M + 5,45% a.a.	11,04%
Plano Cenibra	IGP-M + 5,45% a.a.	11,04%

3 Metodologia e Critérios para Avaliação de Risco

A metodologia e critérios para avaliação dos riscos (de mercado, de crédito, liquidez, sistêmico, operacional e legal), apresentados nesse capítulo se aplicam a todos os Planos sob gestão da Valia.

3.1. Modelo de Risco

A Valia conta com um modelo de gestão de riscos, baseado em três níveis:

- Definição de Políticas;
- Gestão; e
- Controle.

A definição de políticas de gestão de risco é realizada *ex-ante*, e incorpora a determinação de como serão mensurados e controlados os riscos aos quais estão expostos os investimentos da Valia. Os riscos aos quais a Valia está exposta incluem o risco sistêmico e os riscos de mercado, crédito, de liquidez, operacionais e legais.

O processo de investimento da Valia está estruturado em processos documentados, que incluem manuais e procedimentos, e em decisão colegiada, com políticas de alçada para cada nível de tomada de decisão. Estes níveis incluem o Conselho Deliberativo da Valia, Diretoria Executiva, Comitê Financeiro, Comitê de Investimentos e Gerências.

As decisões de investimento fundamentam-se nas diretrizes definidas no Planejamento Estratégico, que conta com o auxílio técnico de Estudos de ALM (*Asset Liability Modelling*) e das projeções de cenários macroeconômicos de longo prazo elaborados por consultorias especializadas. Este processo é consolidado na revisão anual desta Política de Investimentos.

Uma vez realizados os investimentos, torna-se crucial para o alcance das metas de rentabilidade o constante monitoramento e reavaliação dos riscos, em função das alterações nas condições econômicas, bem como o monitoramento da rentabilidade dos ativos *vis-à-vis* os índices de referência. Para este controle, a Valia possui Relatórios de *Performance*, de Riscos e de Enquadramento, além de um sistema de indicadores, que visa monitorar o atingimento das metas.

A Valia também conta com fornecedores contratados que fornecem ferramentas e relatórios que auxiliam na mensuração de riscos de crédito, de mercado, de liquidez, bem como na mensuração do risco sistêmico.

Neste controle, tem destaque o papel do custodiante dos ativos da Valia, que avalia, de forma consolidada, a aderência dos investimentos aos limites de risco e exposição determinados nas políticas de investimentos de cada plano de benefício, bem como aos limites legais. O custodiante oferece o serviço de *compliance* ativo, impedindo a realização de operações que poderiam levar a Valia a se desenquadrar em relação aos limites pré-estabelecidos.

Ainda no tocante ao monitoramento dos investimentos, com foco em análise de riscos, são realizadas as seguintes atividades de controle por área específica:

- Enquadramento na Legislação Vigente;
- Gerenciamento da rotina funcional;
- Realização de diagnósticos de controles internos (com cópia para o Conselho Fiscal);
- Realização da mensuração de riscos operacionais.

3.2. Risco de Mercado

A avaliação do risco de mercado dos investimentos é realizada por empresa de Consultoria especializada. Essa empresa emite semanalmente relatórios nos quais apresenta as maiores exposições aos fatores de risco; calcula o VaR (Valor em Risco), "*duration*" (prazo médio) das carteiras, o diferencial da marcação a mercado (MtM) e análise de *stress*. A metodologia utilizada é a de VaR paramétrico com 95% de confiança.

Adicionalmente, o custodiante envia diariamente relatórios de risco específicos para os Fundos de Investimento de Renda Fixa e Renda Variável. Quando aplicado, estão previstos no regulamento de cada fundo o limite estabelecido para risco de mercado.

Para a avaliação e gestão deste risco para os ativos de Renda Variável da carteira própria, a Valia utiliza ainda metodologia adicional que visa monitorar o risco ativo das carteiras. Esta metodologia permite acompanhar e gerir as carteiras de renda variável focando na sua aderência ao índice de referência e na avaliação de exposições a fatores de risco.

3.3. Risco de Crédito

A gestão de risco de crédito da Fundação é realizada por um conjunto de critérios que orienta a alocação em títulos privados e o monitoramento do risco de inadimplência desta carteira.

Para alocação em crédito são definidos os seguintes princípios:

- As Instituições Financeiras devem ser consideradas de grande porte e possuir classificação de baixo risco de crédito para médio e longo prazo de acordo com indicadores calculados por consultoria especializada;
- O limite máximo de exposição por Instituição Financeira é definido em função de uma metodologia de scoring baseada em dados do balanço patrimonial desenvolvida por consultoria especializada, que avalia a capacidade de pagamento das instituições financeiras e sugere limites de exposição por instituição;
- São avaliados apenas os títulos privados considerados como baixo risco pelas principais agências internacionais de classificação de risco;
- A avaliação de risco de crédito corporativo é feita através de modelo de projeção de fluxo de caixa do emissor para análise da sua capacidade de pagamento durante todo o período da operação;
- São definidos limites de concentração por setor e por emissor.
- Todas as aplicações em ativos de crédito são referendadas por Comitês de assessoramento da Diretoria Executiva.

No caso do monitoramento do risco de inadimplência, é acompanhada a perda esperada por carteira, determinada pela probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação de risco atribuída pelas principais agências classificadoras de risco.

3.4. Risco de Liquidez

A Valia gerencia seus investimentos de forma a garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro entre o ativo e o passivo atuarial e demais obrigações de seus planos de benefício utilizando para isso o modelo de ALM.

As carteiras ótimas geradas pelo modelo obedecem à restrição de que durante o período da janela foco da simulação não pode haver fluxo de caixa negativo, ou seja, o Plano não pode ficar ilíquido em período algum.

3.5. Risco Sistêmico

A avaliação do risco sistêmico dos investimentos é realizada por empresa de Consultoria especializada contratada. Esta empresa emite semanalmente relatórios onde apresenta "Testes de *Stress*" cujo objetivo é avaliar o comportamento da carteira de investimentos da Fundação para grandes mudanças nas variáveis financeiras (como taxas, preços, etc.), utilizando os cenários de *stress* divulgados pelo Comitê de Risco da BM&FBovespa.

3.6. Risco Operacional

A Valia possui um Sistema de Gestão baseado no mapeamento de todos seus processos, na definição de indicadores de desempenho e na implementação do gerenciamento pelas diretrizes.

A Valia implementou seu sistema de Gestão da Qualidade com base no PDCA (*Plan/ Do/ Check/ Action*) nos horizontes de longo, médio e curto prazos, através da execução do Planejamento Estratégico, Gerenciamento pelas Diretrizes e Gerenciamento da Rotina, respectivamente. Vale ressaltar que este sistema é certificado de acordo com a Norma ABNT-ISO: 9001/2008.

No que diz respeito ao enquadramento na legislação vigente, a Valia possui um sistema de acompanhamento das obrigações legais denominado "Sistema de Gestão da Informação-SGI-Agenda" no qual cada responsável pela obrigação declara que cumpriu o requisito legal (*Control Self Assessment* - CSA) e posteriormente verifica-se, por amostragem, a evidência do cumprimento.

Em complemento, foi implementado pela Valia um processo de gerenciamento do Risco Operacional utilizando a metodologia de mensuração de perda esperada que calcula a distribuição de perdas agregadas de acordo com a estimativa de frequência e severidade de um evento.

O controle dos riscos é realizado pelos próprios gestores utilizando-se de acompanhamentos dos planos de ação de mitigação. O monitoramento é realizado via diagnósticos de controles internos nos processos avaliando o impacto destes riscos, reportando-os para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Um Sistema de Gestão denominado “Sistema *Compliance*” está estabelecido objetivando garantir que os negócios atuais e futuros da Valia apresentem maior grau de confiabilidade, mantendo-os em conformidade com a estrutura legal que regula os Fundos de Pensão no Brasil e com padrões estabelecidos pela própria Fundação.

3.7. Risco Legal

O risco legal consiste em conceito amplo, representado como medida da incerteza relativa à regulação (riscos externos) e aos riscos operacionais (internos), com reflexos em contratos, ações judiciais, tributação, dentre outros aspectos, podendo influenciar de forma mais ampla a própria estratégia do negócio. No âmbito externo, como metodologia de mitigação de riscos podemos citar a análise e o acompanhamento permanente da evolução do cenário legal e a sua divulgação no âmbito da instituição, de modo a subsidiar os planos de ação administrativos, consideradas as repercussões das alterações normativas. No âmbito interno, no que tange às ações judiciais, o monitoramento adequado por meio de relatórios periódicos para auditoria e Diretoria, contemplando as análises dos advogados sobre as probabilidades de perda (remota, provável ou possível) são recomendáveis, objetivando subsidiar a decisão administrativa quanto aos provisionamentos. Também é apresentado ao Conselho Fiscal semestralmente relatório contemplando os valores de provisionamento referentes ao contencioso.

No âmbito contratual tributário e de processos decisórios, a adoção sistemática de prévias análises jurídicas por meio de pareceres técnicos, consiste em elemento mitigador de risco. Tais práticas já são adotadas pela Valia.

No que concerne aos investimentos, pode-se definir o risco legal como sendo o risco de perdas resultantes do não cumprimento de leis/regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. Para mitigar esses riscos, a Valia conta, na estrutura da Gerência Jurídica, com assessoria legal especializada que acompanha o processo decisório dos investimentos como um todo, com a intenção de identificar, avaliar e mitigar os riscos legais envolvidos, bem como avaliar potenciais conflitos de interesse dos seus prestadores de serviços e, assim, embasar as decisões estratégicas de investimentos com agilidade e alto grau de confiança. O gerenciamento do risco legal pressupõe uma abordagem qualitativa, identificando e opinando sobre riscos, avaliando controles, com o objetivo de mitigar riscos de perdas, e/ou de não aderência à legislação, e uma abordagem quantitativa visando mensurar o risco legal para efeito de gestão. Na metodologia, a identificação de riscos legais pressupõe a análise dos riscos potenciais (internos e externos) que poderão impactar nos objetivos da Valia. Na avaliação e mensuração dos riscos legais identificados considerando as análises quantitativas e qualitativas referidas, formam-se subsídios para a tomada de decisão, estratégias de controle e mitigação e planos de ação.

No monitoramento do risco legal, são adotadas sistemáticas execuções de processo de vigilância e acompanhamento, com o objetivo de verificar se as práticas e os processos existentes e mapeados estão aderentes aos regulamentos internos e à legislação. Neste contexto, se faz a atuação da área de *compliance*, além da atuação jurídica demandada. No controle e mitigação dos riscos operacionais, são implementadas ações que tratam da execução de planos e medidas de correção e adequação, quando verificados desvios das práticas e processos em relação ao arcabouço normativo e organizacional, consistindo na adoção de estratégias de melhoria dos processos, com ênfase naqueles com impacto financeiro relevante à instituição.

4 Política de Terceirização de Gestão - Renda Fixa

4.1. Carteira Terceirizada Renda Fixa

A carteira de gestão terceirizada de Renda Fixa conta, atualmente, com cinco gestores, tendo como objetivo rentabilizar os recursos líquidos da Fundação (caixa) de forma a buscar retorno superior ao CDI¹, através de uma política de investimentos diversificada entre títulos públicos, títulos privados e moeda.

A Fundação desenvolveu internamente uma metodologia de seleção e avaliação destes gestores, baseada em indicadores qualitativos e quantitativos de risco e retorno, que gera um *ranking de performance* relativa do universo analisado. Este *ranking* direciona as decisões de aplicação e resgate em cada um dos fundos.

Anualmente é realizada uma avaliação desta carteira, de modo a auferir o desempenho dos gestores que a compõem, podendo haver alteração de até dois gestores por ano.

5 Política de Uso de Derivativos

A Valia poderá utilizar instrumentos derivativos em suas diversas carteiras, nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos no Exterior, mediante avaliação prévia dos riscos envolvidos e registro das operações na BM&FBovespa, com o objetivo de proteger seus investimentos, reduzindo sua exposição ao risco de mercado. Além disso, poderão ser utilizados instrumentos derivativos para assumir posições direcionais em Renda Fixa. A avaliação prévia dos riscos de operações com derivativos será realizada com o entendimento prévio

dos aspectos de apreçamento das operações, necessidade de pagamento de ajustes e chamadas de margem de garantia, avaliação do risco de crédito eventual das contrapartes e com a simulação do risco das operações, utilizando as ferramenta de VaR e testes de *stress*.

Na utilização de derivativos serão observados os limites e condições abaixo:

- (i) O depósito de margem estará limitado a 15% da posição em títulos públicos federais, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao Ibovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento.
- (ii) O valor total dos prêmios de opções pagos estará limitado a 5% da posição em títulos públicos federais, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao Ibovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento.

Nas carteiras de Renda Fixa e Renda Variável terceirizadas poderão ser utilizados instrumentos derivativos, sem que gerem alavancagem ao fundo e desde que o gestor/administrador cumpra os limites de exposição acima citados e, ainda, se comprometa em regulamento a prestar informações periódicas sobre essas operações, incluindo a descrição da estratégia de alocação e o resultado das operações.

1. Certificados de Depósito Interbancário.

6 Metodologia ou Fontes de Referência Adotadas para Apreçamento dos Ativos Financeiros

6.1. Apreçamento de Ativos do Segmento de Renda Fixa

Para operações de Renda Fixa no mercado secundário, a apuração do valor de mercado ou do intervalo referencial de preços máximos e mínimos dos ativos financeiros é feita através de consulta a algumas fontes públicas de informação, de notório reconhecimento e ampla utilização pelo mercado, tais como Anbima, Bloomberg, CETIP-NET e CETIP-Trader. A intenção é assegurar, no mínimo, que os preços apurados sejam consistentes com os preços de mercado vigentes à época da negociação, sendo que para os casos que por ventura isso não seja possível a Valia deverá seguir de forma integral o que prevê a legislação vigente. Alternativamente, as negociações poderão ser feitas através dos *calls* realizados diariamente por Corretoras, garantindo assim um processo de formação de preço competitivo e transparente.

O apreçamento dos investimentos do segmento de Renda Fixa da Valia é realizado pelo custodiante dos ativos, seguindo práticas de mercado, manuais de apreçamento e dispositivos legais. Já para os ativos mantidos até o vencimento pela taxa de compra do papel, o apreçamento é realizado pelo método conhecido como marcação na curva, em consonância com as determinações legais estabelecidas.

7 Política para Seleção de Investimentos Responsáveis

A Valia não observa os princípios de responsabilidade socioambiental para o Cenibra.

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - PLANO CENIBRA

	Dezembro de 2015		Dezembro de 2014	
	Valor aplicado	% Aplicado	Valor aplicado	% Aplicado
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	26.793.214	100,00	23.779.103	100,00
A - DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	151	0,00	281	0,0
B - INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	26.793.063	100,00	23.778.821	100,00
CDB/LFS	1.940.167	7,24	1.638.099	6,89
FUNDOS RF	24.852.896	92,76	22.140.722	93,11

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADO

	Dezembro de 2015		Dezembro de 2014	
	Valor aplicado	% Aplicado	Valor aplicado	% Aplicado
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	19.354.675.438	100,00	17.900.835.031	100,00
A - DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	3.314.115	0,02	561.906	0,0
B - INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	15.658.131.920	80,90	12.540.359.458	70,05
CDB/LFS	208.148.587	1,08	175.422.138	0,98
DEBÊNTURES	143.647.725	0,74	213.454.144	1,19
FUNDOS RF	8.134.479.602	42,03	6.632.009.698	37,05
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	7.171.856.006	37,05	5.519.473.477	30,83
C - INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL	784.434.674	4,05	2.225.645.221	12,43
AÇÕES	-	0,00	1.275.053.685	7,12
FUNDOS RV	784.434.674	4,05	950.591.535	5,31
D - INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	535.625.318	2,77	689.970.333	3,85
FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO	515.060.624	2,66	670.761.688	3,75
FUNDO IMOBILIÁRIO	20.564.694	0,11	19.208.645	0,11
E - INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	112.125.165	0,58	-	0,00
FUNDOS	112.125.165	0,58	-	0,00
F - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.246.453.036	6,44	1.323.123.131	7,39
IMÓVEIS	1.246.453.036	6,44	1.323.123.131	7,39
G - OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1.017.125.124	5,26	1.125.229.002	6,29
EMPRÉSTIMOS	1.014.491.791	5,24	1.121.349.270	6,26
FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	2.633.333	0,01	3.879.731	0,02
H - INVESTIMENTOS A PAGAR	(2.533.914)	(0,01)	(4.054.020)	(0,02)

MONTANTE DOS INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA PLANO CENIBRA

**“O PLANO CENIBRA NÃO POSSUI INVESTIMENTOS
COM GESTÃO TERCEIRIZADA”**

MONTANTE DOS INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA CONSOLIDADO

Investimentos	Dezembro de 2015		
	Valor aplicado	% Sobre os RGRT	% Sobre o total terceirizado
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS - RGRT	19.354.675.438	8,82	
Fundos de Renda Fixa / Gestor	645.639.304	3,34	37,84
Mining / BRAM	243.623.074	1,26	14,28
E FIM / Santander Asset	104.589.789	0,54	6,13
Onix / Banco Safra	153.845.773	0,79	9,02
BB Milenio VIII / BB DTVM	143.580.668	0,74	8,41
Fundos Renda Variavel / Gestor	413.013.020	2,13	24,20
ATMOS TERRA FIA / Atmos Gestão de Recursos	104.642.590	0,54	6,13
M SQUARE ALISIO FIA / M Square Investimentos	102.765.159	0,53	6,02
SQUADRA HORIZONT FIA / Squadra Investimentos	49.211.361	0,25	2,88
SI MISTRAL FIA / Studio Investimentos	43.053.505	0,22	2,52
INDIE CAPITAL PLATINUM FIA / Indie Capital	30.093.638	0,16	1,76
BRASIL PLURAL AERIS FIA / Brasil Plural	29.253.891	0,15	1,71
BTG PACTUAL PELLETS FIA / BTG Pactual	27.230.297	0,14	1,60
COBALT FIA / Ibiuna Investimentos	26.762.579	0,14	1,57
Fundos de Investimento em Participação / Gestor	515.060.611	2,66	30,18
Infra Brasil FIP / Mantiq	67.008.132	0,35	3,93
FIP KINEA PRIVITE II EQUITY/ Kinea Investimentos	71.641.297	0,37	4,20
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP / CARLYLE TGC	54.941.864	0,28	3,22
FIP FS / CARLYLE TGC	48.705.456	0,25	2,85
NEO Capital Mezanino FIP / NEO Gestão de Recursos Ltda.	44.336.294	0,23	2,60
FIP Brasil de Governança Corporativa / BR Investimentos	36.735.236	0,19	2,15
FIP BRPETROLEO / Mantiq	33.376.578	0,17	1,96
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP II / CARLYLE TGC	28.674.314	0,15	1,68
Brasil Sustentabilidade FIP / BRZ Investimentos	22.078.613	0,11	1,29
Brasil Mezanino Infra-Estrutura FIP / Darby Stratus Adm. de Investimentos Ltda.	22.012.078	0,11	1,29
FIP PORTOS / BRZ Investimentos	16.689.636	0,09	0,98
2B CAPITAL FIP / BES	14.581.518	0,08	0,85
CTS II FIP/ CRP Cia. Participações	12.026.565	0,06	0,70
CRP VII FIP / CRP Cia. Participações	14.077.287	0,07	0,82
FIP Investidores Institucionais III / Angra Partners	10.607.629	0,05	0,62
DGF FIPAC2/DGF Investimentos Gestão de Fundos Ltda.	9.223.297	0,05	0,54
PATRIA III FICFIP / Patria Investimentos	3.726.216	0,02	0,22
Investidores Institucionais FIP / Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações Ltda.	3.108.612	0,02	0,18
BNY MELLON GTD FIP / BNY Mellon	1.509.988	0,01	0,09
FIP Sondas / Caixa Econômica Federal *	-	0,00	0,00

* Baixa contábil do investimento

MONTANTE DOS INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA CONSOLIDADO

Investimentos	Dezembro de 2015		
	Valor aplicado	% Sobre os RGRT	% Sobre o total terceirizado
FUNDOS DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR (MULTIMERCADO) / GESTOR	112.125.165	0,58	6,57
CLARITAS GLOBAL EQUITY/Claritas Administração de Recursos Ltda.	30.472.865	0,16	1,79
JPM GLOBAL RESEARCH/ J.P. Morgan Asset Management	26.670.576	0,14	1,56
FOF MULTI GLOBAL EQUITIES/ Itau Investimentos	15.289.471	0,08	0,90
BB MULTIMERCADO NORDEA/ BB Gestão de Recursos	13.022.501	0,07	0,76
BB MULTIMERCADO UBS/ BB Gestão de Recursos	9.915.622	0,05	0,58
BB MULTIMERCADO BLACKROCK/ BB Gestão de Recursos	7.351.260	0,04	0,43
VOTORANTIM ALLIANZGI EUROPE/ Votorantim Asset Management	5.220.237	0,03	0,31
MONGERAL AEGON/Mongeral Aegon Investimentos	4.182.632	0,02	0,25
FUNDO IMOBILIÁRIO / GESTOR	20.564.694	0,11	1,21
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby / Banco Brascan S.A.	20.564.694	0,11	1,21
TOTAL TERCEIRIZADO	1.706.402.794		100

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS - CENIBRA

1 Introdução

Este documento, elaborado pela Mercer, apresenta os principais resultados, posicionados em 31/12/2015, da avaliação dos compromissos atuariais do Plano Cenibra gerido pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

O presente estudo foi realizado considerando-se os dados individuais disponibilizados pela VALIA relativos aos aposentados e pensionistas do plano Cenibra, posicionados em 30/06/2015, que, após a realização dos testes apropriados e dos ajustes identificados como necessários, foram considerados suficientemente completos para a execução dos cálculos.

Os cálculos atuariais foram efetuados de forma prospectiva na data de 30/06/2015 e atualizados por recorrência para 31/12/2015.

O método atuarial e as hipóteses utilizadas foram aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, pela legislação brasileira, em geral, e pela legislação previdenciária, em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para o pagamento dos benefícios.

2 Dados Cadastrais dos Participantes

Um resumo das principais características do grupo de Participantes considerado nesta avaliação, cuja data base de posicionamento é 30/06/2015, está apresentado nos quadros seguintes.

Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais dos participantes e beneficiários do Plano Cenibra, posicionados em 30/06/2015, foram fornecidos pela VALIA à Mercer, que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a Entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foi detectada e sanada, permanecendo com a VALIA, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

Participantes Aposentados / Beneficiários recebendo Pensão por Morte

Aposentados

Descrição	
Número	33
Idade média (anos)	66,3
Benefício Médio Mensal (R\$)	1.954,96
Folha Anual (incluindo 13º)	838.676,40

Beneficiários de Pensão por Morte (Grupos Familiares)

Descrição	
Número	5
Benefício Médio Mensal (R\$)	1.986,27
Folha Anual (incluindo 13º)	129.107,63

Notas:

1. As folhas anuais apresentadas foram obtidas pela multiplicação da folha relativa à data base dos dados por 13, tratando-se, portanto, da folha mensal anualizada.
2. Registramos, ainda, que os benefícios apresentados refletem as hipóteses de pico e capacidade adotadas, explicadas no Capítulo 4 relativo às hipóteses atuariais.

3 Hipóteses e Métodos Atuariais

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, e à Instrução PREVIC nº 23, de 29/06/2015, foi realizado estudo técnico para fundamentação das principais hipóteses atuariais e financeiras adotadas na avaliação atuarial de 31/12/2015 do Plano Cenibra.

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas foram:

Hipóteses Econômicas

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, no curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Na presente avaliação foi admitido o seguinte cenário econômico básico:

Taxa Real para Desconto da Obrigação Atuarial	5,5% a.a.
Fator de pico dos Benefícios (IGP-M) ⁽¹⁾	5,60%
Capacidade dos Benefícios Concedidos ⁽²⁾	0,99
Custeio administrativo	0% sobre as contribuições

(1) O fator de pico tem por objetivo atualizar o valor do salário ou do benefício para o seu valor máximo, considerando a reposição dos índices de inflação passados, acumulados desde a data do último reajuste até a data do cálculo.

(2) O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para a recuperação das perdas inflacionárias.

O estudo técnico realizado pela Mercer com o objetivo de analisar a convergência entre a taxa real de juros estabelecida na avaliação atuarial e a taxa de retorno real projetada para as aplicações (5,69% a.a.) demonstrou que a adoção de uma taxa de desconto real de 5,5% a.a. seria adequada e aderente para a avaliação atuarial dos compromissos do Plano Cenibra.

Considerando o resultado do estudo de aderência desta hipótese, a Diretoria, o Conselho Deliberativo e a Patrocinadora decidiram pela taxa de desconto real de 5,5% a.a. na avaliação atuarial de 31/12/2015.

Destaca-se que a taxa adotada na avaliação atuarial de 2015 está compatível com os limites máximos previstos na legislação.

Hipóteses Biométricas

As tábuas biométricas utilizadas e descritas na tabela, a seguir, estão reproduzidas no Apêndice A.

Tábua de Mortalidade Geral e de Inválidos	AT-2000 Basic Masculina
Composição familiar	São considerados os dependentes cadastrados dos aposentados

Ainda como resultado do estudo técnico, verificou-se a necessidade de revisão das seguintes hipóteses:

Descrição	De (em 2014)	Para (em 2015)
Tábua de Mortalidade Geral e de Inválidos	AT-83 Masculina desagravada em 10 anos	AT-2000 Basic Masculina
Capacidade dos Benefícios Concedidos	1,00	0,99

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência. No entanto, todas as hipóteses atuariais adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, já que se trata de um plano estruturado na modalidade de benefício definido.

As hipóteses adotadas foram fundamentadas em estudo técnico realizado com a população de outros planos administrados pela VALIA, quando cabível. O estudo técnico encontra-se arquivado na Entidade.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O regime financeiro utilizado foi o de capitalização e o método atuarial adotado foi o agregado, o mesmo utilizado na avaliação atuarial referente ao exercício de 2014.

Em nossa opinião, as hipóteses e os métodos utilizados nesta avaliação, com data base de 31/12/2015, são apropriados e atendem à legislação vigente.

4 Resultados da Avaliação Atuarial

Apresentamos, a seguir, os resultados da Avaliação Atuarial realizada em 31/12/2015 para o Plano Cenibra.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais fornecidos pela VALIA.

Nome	R\$
PATRIMÔNIO SOCIAL ⁽¹⁾	26.771.897,26
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	20.593.443,14
PROVISÕES MATEMÁTICAS	10.903.379,26
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	10.903.379,26
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	-
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	10.903.379,26
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	9.151.227,00
Benefícios Vitalícios	9.151.227,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	1.752.152,26
Benefícios Vitalícios	1.752.152,26
BENEFÍCIOS A CONCEDER	-
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
EQUILÍBRIO TÉCNICO	9.690.063,88
RESULTADOS REALIZADOS	9.690.063,88
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	9.690.063,88
- Reserva de Contingência	2.300.613,02
- Reserva Especial para Revisão do Plano	7.389.450,86
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
RESULTADOS A REALIZAR	-
FUNDOS ⁽²⁾	6.178.454,12
Fundo Previdencial	6.178.454,12
Fundo para Desvio de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses	6.178.454,12

Observamos que o valor do Fundo para Desvio de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses foi calculado pela Mercer em 30/06/2015 e atualizado pela VALIA para 31/12/2015 e totaliza R\$ 6.178.454,12.

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

- O Regulamento do Plano Cenibra vigente em 31/12/2015, plano este que se encontra em extinção;
- Os dados individuais de 30/06/2015 dos participantes e beneficiários do Plano fornecidos pela VALIA à Mercer que, após realização de testes apropriados e dos ajustes identificados como necessários, foram considerados suficientemente completos para a execução dos cálculos;

- A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e as normas do Plano;
- A Duration de 2014, no valor de 11,1 anos.

Constituição e Reversão de Fundos Previdenciais

O Fundo para Desvio de Sinistralidade é calculado pela diferença entre a reserva atuarial calculada com as hipóteses biométricas e financeiras, e a reserva financeira considerando que o participante ou beneficiário principal permaneça vivo no plano até 110 anos.

Variação nas Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de 31/12/2015 são 20% menores do que as que seriam obtidas por recorrência à avaliação de 2014.

A modificação das hipóteses gerou a maior parte do ganho atuarial observado, principalmente mudança da tábua de mortalidade, dado que a massa de participante concentra-se em uma faixa de idade em que a tábua AT-2000 Masculina apresenta menor mortalidade do que a tábua AT-83 suavizada em 10 anos.

Natureza do Resultado

O Patrimônio para Cobertura do Plano é superior às Provisões Matemáticas, caracterizando uma situação de desequilíbrio positivo do plano. O Superávit Técnico Acumulado apurado foi registrado na Reserva de Contingência, até o limite de 21,1% das Provisões Matemáticas, considerando a Duration de 2014 no valor de 11,1 anos, e o excesso a este limite foi registrado na conta Reserva Especial para Revisão de Plano.

Os principais fatores que levaram à manutenção do Superávit em 31/12/2015 foram a alteração de premissas e a rentabilidade obtida acima da meta atuarial.

O resultado superavitário obtido tem, portanto, natureza estrutural.

5 Evolução dos Custos e Plano de Custeio para o Exercício de 2016

Considerando o equilíbrio do Plano, não há previsão de contribuição do patrocinador para o exercício de 2016. Portanto, o Plano de Custeio para o exercício de 2016 será nulo.


O plano de custeio apresentado neste Parecer e aprovado pelo Conselho Deliberativo da VALIA passa a vigorar a partir de 01/01/2016.

6 Conclusão


Certificamos que o Plano Cenibra da VALIA está superavitário em 31/12/2015. O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, limitado a 21,1% do total das Provisões Matemáticas dos Benefícios Definidos, considerando a Duration de 2014 no valor de 11,1 anos. O valor do superávit excedente à Reserva de Contingência foi contabilizado na Reserva Especial para Revisão de Plano. A Reserva Especial para Revisão do Plano tinha valor zero em 31/12/2013. Portanto, seu valor em 31/12/2015 não tem utilização obrigatória, tendo em vista que não apresenta valor positivo em 3 anos consecutivos.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2016

Mercer Human Resource Consulting Ltda.



Marisa Ribeiro de Faria
M.I.B.A. n° 1.701



Danilo Diogenes Rodrigues
M.I.B.A. n° 2763

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS PGA PLANO CENIBRA

Descrição	PGA - CENIBRA		
	Previdencial	Investimentos	Total
Despesas Administrativas (A+B)	9	8	17
Despesas Comuns (A)	7	5	12
Pessoal e Encargos	5	4	9
Serviços de Terceiros	2	-	2
Despesas Gerais	0	1	1
Despesas Específicas (B)	2	3	5

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS PGA CONSOLIDADO

Descrição	PGA - CONSOLIDADO		
	Previdencial	Investimentos	Total
Despesas Administrativas (A+B)	48.071	28.665	76.736
Despesas Comuns (A)	41.509	27.092	68.601
Pessoal e Encargos	24.155	19.490	43.645
Treinamentos	325	75	400
Viagens e Estadias	527	199	726
Serviços de Terceiros	10.097	1.549	11.646
Despesas Gerais	2.090	5.465	7.555
Depreciações e Amortizações	2.414	-	2.414
Outras Despesas	1.901	314	2.215
	-	-	
Despesas Específicas (B)	6.562	1.573	8.135

PARECER DO CONSELHO FISCAL 2015

PARECER DO CONSELHO FISCAL

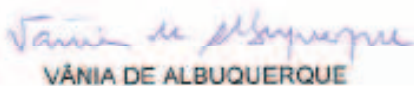
O Conselho Fiscal da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – Valia, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o relatório dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, datado de 19 de fevereiro de 2016, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho Deliberativo.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2016.


BENJAMIN ELIO MORO


HELOISI MEDEIROS DE OLIVEIRA


FÁBIO STEWSON DE SOUZA


VÂNIA DE ALBUQUERQUE


JOSÉ CARLOS LOPES AMORIM

71

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO 2015

CONSELHO DELIBERATIVO

DELIBERAÇÃO – Nº 01/2016

O Conselho Deliberativo da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA, no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. O Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa, Demonstrações do Ativo Líquido por plano, Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido por plano, Demonstrac o das Provisões Técnicas por plano e notas explicativas às demonstrações contábeis, relativos ao exercício findado em 31/12/2015, apresentados pela Diretoria Executiva da Entidade;
2. O parecer favorável da KPMG Auditores Independentes datado de 19 de fevereiro de 2016;
3. O parecer favorável do Conselho Fiscal datado de 26 de fevereiro de 2016;

Delibera por unanimidade,

Aprovar as demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2015.

Rio de Janeiro, 17 de març o de 2016.



Eustáquio Coelho Lott

Presidente